

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

RENATA FONSECA BERNARDINO

AS ESCRITORAS NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: A INSERÇÃO DA
MULHER NA ABL NA PERSPECTIVA DO FEMINISMO NO BRASIL

Rio de Janeiro

2018

RENATA FONSECA BERNARDINO

AS ESCRITORAS NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: A INSERÇÃO DA
MULHER NA ABL NA PERSPECTIVA DO FEMINISMO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Professora Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas

Rio de Janeiro

2018

Ficha catalográfica

B523e Bernardino, Renata
As escritoras na Academia Brasileira de Letras: a inserção da
mulher na ABL na perspectiva do feminismo no Brasil / Renata
Bernardino. – Rio de Janeiro, 2018.

70 f.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Dantas.

Monografia (Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades
de Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1. Academia Brasileira de Letras. 2. Igualdade de gênero.
3. Escritoras. 4. Elegibilidade feminina.. I.Dantas, Regina,
orient. II. Título.

CDU: 396 (81)

RENATA FONSECA BERNARDINO

**AS ESCRITORAS NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: A INSERÇÃO DA
MULHER NA ABL NA PERSPECTIVA DO FEMINISMO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2018.

Profa. Dra. Regina Dantas (Orientadora)
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Me. Lúcia Maria da Cruz Fidalgo
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Patrícia Mallmann Souto Pereira
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aos meus amados pais, Renato e Fran, ao meu querido irmão Vinicius e minha querida cunhada Laíz e ao meu amado esposo Felipe Mauricio, por todo amor, dedicação e carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda sua infinita sabedoria, pelos caminhos dados, pela sua infinita bondade e principalmente por ter me protegido em toda minha trajetória.

Aos meus velhos, papai e mamãe, por sempre me guiar, me proteger e me acolher nesse abraço que é o melhor do mundo. Amo vocês.

Ao meu querido irmão e cunhada, por me amarem, me acompanharem em tudo, pelas conversas em família que sempre me recarregava, obrigada.

Ao meu amado esposo, por ser tão parceiro, paciente e insistente, muitas vezes quando eu quis desistir, você me sustentou e me ajudou a caminhar, obrigada. Nós somos um só.

As minhas queridas amigas de uma vida inteira Gisele, Rayanne e Thairine, obrigada por toda força, toda alegria e parceria que vocês me proporcionam desde sempre.

As minhas queridas amigas que eu encontrei na faculdade e se tornaram irmãs de coração Ellen e Gisele Lima, obrigada por toda paciência, força e amor que vocês me dão incansavelmente, sem vocês a faculdade com certeza teria sido muito mais difícil. Ellen, obrigada por não sair do meu lado nos momentos decisivos da minha vida nessa trajetória, você fez e faz a diferença.

A minha querida amiga Isabella, pelo carinho e afeto incondicional, por falar comigo todos os dias e não me deixar esmorecer pelo caminho, você é incrível, obrigada.

Aos meus professores do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de informação, por todo ensinamento e conhecimento compartilhado, vocês me ajudaram a me tornar a profissional que eu estou construindo. Obrigada.

A minha orientadora, por toda dedicação, por abraçar meu tema com tanto amor e me ajudar a desenvolver algo que era bruto e sem forma. Sem a sua paciência e sabedoria com certeza eu não estaria aqui. Obrigada.

Ubuntu.

“Não se nasce mulher: torna-se.”
(BEAUVOIR, 1949).

RESUMO

Este trabalho consiste em analisar bibliograficamente a inserção das primeiras mulheres na Academia Brasileira de Letras, dando ênfase também às mulheres escritoras que não obtiveram êxito ao tentar se tornar uma imortal. Apresenta no referencial teórico um resumo bibliográfico sobre a criação da ABL e da vida de cada autora. Portanto, foi realizado um recorte de três autoras: Júlia Lopes, Amélia Beviláqua e Rachel de Queiroz. Indica como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica em que possibilita ter uma visão mais ampla acerca das decisões da Academia Brasileira de Letras para com as escritoras. A conclusão após este levantamento é a de que a ABL, para cada escritora, tomou decisões arbitrárias e misóginas, se embasando por uma pequena falha de interpretação do estatuto e regimento interno da instituição.

Palavras-chave: Academia Brasileira de Letras. Igualdade de gênero. Escritoras.
Elegibilidade feminina.

ABSTRACT

This study consists in analysing bibliographically the insertion of the first women in the Brazilian Academy of Letters (ABL), also giving emphasis to female writers who did not succeed in trying to become an immortal. It presents in the theoretical reference a bibliographic summary about the ABL's creation and each author's life. Therefore, it was made a cut of three authors: Júlia Lopes, Amélia Beviláqua and Rachel de Queiroz. It indicates as methodological procedure a literature review which it allows to have a broader view on the decisions of the Brazilian Academy of Letters towards the writers. The conclusion after this survey is that the ABL, for each writer, made arbitrary and misogynistic decisions, based on a small flaw in the interpretation of the institution's statute and internal regulations.

Keywords: Brazilian Academy of Letters. Gender equality. Writers. Female eligibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABL Academia Brasileira de Letras
PRF Partido Republicano Feminino
FBPF Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
ONU Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	PROBLEMA.....	12
1.2	OBJETIVOS GERAIS.....	12
1.2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
1.4	METODOLOGIA E FONTES.....	13
2	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.....	14
3	AS ESCRITORAS.....	17
3.1	JULIA LOPES.....	17
3.2	AMÉLIA CAROLINA DE FREITAS BEVILÁQUA.....	22
3.3	RAQUEL DE QUEIROZ.....	27
4	FEMINISMO E O SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL.....	30
5	REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NA ABL E O FEMINISMO NO BRASIL.....	
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

A Academia Brasileira de Letras (ABL) foi inspirada na Academia Francesa, fundada em 1634 pelo cardeal Richelieu. No início, a Academia contava com 30 membros, porém, para ficar mais parecida com a de exemplo, a Francesa, subiu o número para 40 membros, onde permanece até os dias atuais. Sendo uma das poucas coisas que as diferenciam, a Academia Francesa aceita todos os escritores de todos os países que falem francês, já a ABL apenas escritores brasileiros. Destacamos assim, a passagem do conhecimento literário por meio da escrita no idioma português.

A ABL se manteve indiferente à presença feminina durante 80 anos. Desde sua criação em 1897 até 1977, quando fora registrada a primeira mulher a fazer parte da Academia, houve antes duas grandes escritoras a percorrem pelo mesmo caminho, onde lhes foi negada tal honraria. Lúcio de Mendonça¹, um dos membros da Academia, expõe sua insatisfação ante ao fato em um artigo chamado “as três Júlias” publicado originalmente pelo jornal *Republica*, dirigido pelo acadêmico Alcindo Guanabara, em seis de março de 1897, e reproduzido no artigo de Venâncio Filho (2006, p. 10) diz:

[...] Para concluir, uma nota de tristeza. Na fundação da Academia de Letras, era ideia de algum de nós, como Valentim Magalhães e Filinto de Almeida, admitirmos agente de outro sexo, mas a ideia caiu, vivamente combatida por outros, seus irredutíveis inimigos.

As ‘três Júlias’ fazem referência a outras duas Júlias [Francisca Júlia e Júlia Cortines], que tiveram seus nomes também cotados a ABL e que foram vetados. O próprio Lúcio de Mendonça foi quem sugeriu o nome dessas escritoras mediante os seus feitos literários e diante de tal negativa da maioria dos membros, solta esta “nota de tristeza”.

Para tanto, não apenas Júlia Lopes teve as portas da Academia Brasileira de Letras fechadas. Logo após a autora, Carolina Michaelis, uma filóloga portuguesa teve seu nome cogitado para compor o quadro de sócios da entidade, sendo a sucessora do escritor russo Leoni Tolstoi (1828-1910), na cadeira 17.

Porém, o nome de uma mulher reacendeu o debate sobre a inelegibilidade feminina, aquela época, e para os acadêmicos, era um desperdício de tempo este debate, visto que, para os mesmos, o molde da Academia Brasileira deveria respeitar os mesmos princípios da Academia Francesa, que serviu de inspiração para a brasileira. Porém, nunca ficou explícita que a questão do sexo seria uma barreira para impor o veto à Carolina Michaelis, sendo assim, ao supor que a

filóloga era portuguesa, construíram uma linha de raciocínio e atestaram estar com todas as cadeiras destinadas aquele país preenchido, o que era verdade. Porém, Carolina Michaelis nascera na Alemanha e logo tudo caiu por terra. Entretanto, o veto fora mantido, sendo admitido o austríaco Martin Brussot. A questão da mulher dentro da ABL era indesejada pela maioria dos acadêmicos.

Em 29 de maio de 1930, Amélia Beviláqua comunica oficialmente sua intenção de candidatura ao então presidente Aloísio de Castro. O anúncio seguiu de um forte alvoroço por parte dos acadêmicos e seguidas sessões extraordinárias para debater a respeito do assunto. Junto de outros acadêmicos, o presidente Aloísio de Castro disse a respeito do Regimento Interno, em que vetava de vez qualquer presença feminina como imortal. Após a sessão em que o nome de Amélia Beviláqua fora vetado, ficou estabelecido que o Art. 2º do Estatuto da ABL ao se referir a ‘brasileiros’, fazia menção apenas a homens. Clóvis Beviláqua, marido de Amélia, ficou do seu lado e contra a instituição. Rebate a Instituição dizendo em tom de ironia que se a palavra ‘brasileiro’ se refere apenas a homens, então o dicionário da língua portuguesa também estaria errado, citando também o artigo 69 da Constituição, no que diz ‘são cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil’. Com isso, a manobra da ABL se torna um grande equívoco, se firmando em bases frágeis e de má interpretação.

Posteriormente, houve a candidatura da escritora Dinah Silveira, onde, com grandes influências, tentou sagrar-se como imortal. Porém, o mesmo argumento usado para Amélia Beviláqua, fora também usado para Dinah.

Pouco tempo depois da recusa de Dinah Silveira, foram realizadas reuniões extraordinárias para novamente pôr em pauta a elegibilidade feminina. Já haviam se passado 80 anos desde a criação da ABL, e o assunto elegibilidade femininos ainda era uma questão latente e frágil.

Os mesmos acadêmicos que vetaram Dinah Silveira foram os mesmos que possibilitaram a mudança do regimento interno para então ser sagrada imortal Rachel de Queiroz. Fica clara a intenção dos acadêmicos. Era preciso conquistar de dentro pra fora, como Rachel de Queiroz fez. Foram os seus amigos dentro da instituição que permitiram em fim a mudança do regimento, viabilizando não só a candidatura da escritora, como posteriormente de Dinah Silveira, que mesmo após o veto a sua primeira candidatura, resolveu tentar novamente após Rachel de Queiroz entrar.

O presente trabalho aborda a trajetória de cada escritora, a postura da Academia e de como de alguma maneira cada escritora está de uma forma ou de outra ligada à luta contra a desigualdade de gênero.

1.1 PROBLEMA

O problema que orienta o trabalho está organizado a partir da seguinte pergunta: como se deu a inserção da mulher na Academia Brasileira de Letras?

Considerando que ser membro da Academia Brasileira de Letras no Brasil é o maior prêmio que um escritor pode receber, criou-se a curiosidade em conhecer: como se deu a inserção da mulher na ABL?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a inserção das primeiras escritoras na Academia Brasileira de Letras e sua relação com a desigualdade de gênero no olhar do Feminismo no Brasil.

1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) Apresentar breve histórico da ABL;
- b) Apontar as primeiras escritoras e apresentar suas respectivas obras;
- c) Expor o contexto da seleção feminina na possível candidatura na ABL;
- d) Apresenta a discussão sobre feminismo no Brasil;
- e) Realizar uma reflexão a partir do levantamento sobre as escritoras e identificar traços feministas desconhecidos ao público, destacando a relevância das obras e o reconhecimento nacional.

1.2.2 JUSTIFICATIVA

Diante da realização de investigação para trabalho de fim de curso da graduação em Biblioteconomia e Unidades de Gestão da Informação, em uma graduação que prioriza a disseminação da informação e em um momento em que o país discute o papel da Mulher na sociedade, torna-se relevante a apresentação do início da participação feminina no maior espaço de reconhecimento acadêmico literário do país – a Academia Brasileira de Letras.

Partindo da premissa de que o e a profissional da área de Biblioteconomia deve não apenas preservar, mas apresentar e analisar diferentes visões acerca dos fatos; torna-se

necessário visitar o passado e saber como começou a luta das mulheres, em seus papéis de escritoras, para que o maior panteão brasileiro as reconhecesse como escritora nacional.

Foi através de muita luta que mulher na sociedade conseguiu certa igualdade de raça e gênero, as lutas coletivas se tornaram a principal frente, mobilizando o social e denunciando uma realidade desigual das quais muitas ainda sofrem, mesmo nos dias atuais.

Historicamente falando, sempre foi imposta a mulher o discurso dominante e patriarcal, que reforçou a inferioridade feminina, principalmente no campo intelectual. Esse discurso priorizou os homens e deixaram as mulheres em uma margem, margem esta que transformou o sexo feminino o pilar de um homem, mas nunca a frente de um homem.

A literatura escrita por mulheres, e principalmente de escritoras de tempos passados, demonstra a luta e realidade desta margem a qual foram condicionadas. E precisam ser lembradas, revividas e respeitadas para que hoje, o sentido real do feminismo não seja perdido.

O feminismo luta pela igualdade de gêneros, nem menos nem a mais que isso. E, percebe-se na atualidade uma grande confusão com o real sentido da luta.

O principal motivo da escolha deste tema é trazer à tona as lutas de grandes mulheres no espaço literário, que foram esquecidas ou não foi tão bem documentada quanto deveriam ser. Tentando assim, resgatar a memória social e a construção do feminismo no Brasil.

A escolha da Academia Brasileira de Letras deu-se a partir do cenário que a mesma criou: após 80 anos de sua criação houvera a primeira elegibilidade feminina. Levantou-se então a dúvida de como foi este processo e quais atores constituíram tais fatos. Ao fazer o levantamento bibliográfico, notam-se escritoras que foram deixadas de lado e atitudes misóginas por parte dos grandes escritores que compuseram o panteão dos chamados imortais.

Por motivações pessoais e ideológicas, a escolha de falar de mulheres e escritoras que estavam esquecidas na história deu-se a partir do momento em que pude perceber uma grande falta de informação e confusão acerca do tema feminismo e principalmente da falta de referência aos falarmos de escritoras de tempos passados, não há uma gama de autoras famosas como a de autores homens, não há tantas escritoras sendo exaltadas como há com os autores homens. É uma clara tentativa de resgatar a história e a participação dessas autoras na construção da memória social da mulher.

1.3 METODOLOGIA E FONTES

A pesquisa apresenta-se de forma descritiva, sendo de caráter teórico, foram utilizados procedimentos bibliográficos oriundos de visitas à biblioteca da Academia Brasileira de Letras e por meio da articulação de outras obras, tais como as das escritoras em análise na investigação. Tratamos de assuntos diferenciados que necessitam de contextualização, tais como: instituição consagrada, a Academia Brasileira de Letras; escritoras brasileiras e o movimento político, social, ideológico e filosófico – o feminismo; portanto, tornou-se necessária a realização da investigação por meio de leituras de livros, dissertações, teses e periódicos visando a conexões entre eles para alcançar os objetivos propostos.

Ao optarmos por abordar os aspectos relacionados à inserção da mulher na ABL no olhar do feminismo, buscamos fontes que defendem nossa perspectiva sobre este assunto. Assim, com tais contribuições, mostramos nossas convicções sobre a relação mulheres – ABL – feminismo.

As reflexões sobre o tema proposto terão como principais referências o anuário da ABL (1998-2001) e o estatuto da Academia Brasileira de Letras, para entendimento do funcionamento da instituição; além de obras, tais como a de Michelle Fanini (2009) para a construção proposta da trajetória feminina na ABL. Cabe ressaltar que os teóricos aparecerão durante a apresentação de cada seção.

Nessa perspectiva, a presente investigação se constitui da seguinte forma: o capítulo 2 é caracterizado por uma breve apresentação sobre a Academia Brasileira de Letras; no capítulo 3, serão expostas, separadamente, as primeiras escritoras que ingressaram na ABL. O capítulo 4 é destinado a abordar sobre o Feminismo e o Feminismo no Brasil. O capítulo 5 apresenta a conexão entre a inserção das mulheres na ABL e o Feminismo no Brasil.

2 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

No Brasil, houve muitas tentativas de institucionalizar espaços voltados para os interesses literários. A Academia Brasileira de Letras não foi a “Primeira tentativa de se criar uma organização que servisse aos sábios francófilos ou aos interesses literatos.” (NEEDELL, 1993. p. 224 apud FANINI, 2009. p. [41]).

Dentre todas as iniciativas, pode-se citar o Grêmio de Letras e Artes, no Rio de Janeiro. Fundada em 1887, era uma instituição voltada para leitura e palestras, a orientação de brasileiros sem recursos para seus escritos. Possuía uma diretoria e um regulamento.

Outro exemplo é a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, fundada em 1890, tinha o apoio do governo brasileiro para a criação de leis que regulamentasse os direitos autorais. Foram nessas discussões que culminariam na criação da Academia Brasileira de Letras, reuniões essas que eram feitas no ‘salão verde’, expressão conhecida para se referir a casa do casal Júlia e Filinto Lopes de Almeida.

A Revista Brasileira, sob direção de José Veríssimo, teve um papel importante sobre todo este processo de criação da instituição. A Revista, na contra mão dos jornais da época ia contra publicar textos mais curtos e menos expressivos. a posição dos jornais, de publicar textos mais curtos e menos expressivos. Procurava publicar longos ensaios e estudos científicos. Assim a sede da Revista acabou por atrair muitos colaboradores e indo, pouco a pouco se tornando um ponto de encontro dos intelectuais cariocas. Tratava-se, portanto, de uma revista aberta que versava sobre todos os assuntos e questões que pudessem interessar à maioria do público, nas áreas das letras, das ciências e das artes. (RODRIGUES, 2001. p. 35 apud FANINI, 2009. p. [44]).

Portanto, por meio destas reuniões, surgiu a ideia de criar uma instituição que fosse voltada para as letras no Brasil. Seria uma forma de proteger os trabalhos literários e quem o fizesse, pois, por mais que houvesse escritores conhecidos, viam-se a mercê de um mercado de trabalho inconstante e inseguro.

A fundação da Academia Brasileira de Letras é utilizada como um exemplo da mudança de concepção do papel dos escritores no Brasil *fin-de-siècle*. Mais reflexo do que motor deste desvio de rumos, a centenária instituição teria nascido como fruto da angústia existencial dos principais homens de letras da época. Acuado diante da violência dos anos de chumbo da República, nos quais campeavam a censura, o estado de sítio, o empastelamento de jornais e o exílio de adversários do governo, um núcleo bastante heterogêneo de destacados literatos resolveu deixar de lado as

divergências políticas e somar esforços para demarcar fronteiras de defesas contra as arbitrariedades da nova ordem institucional (RODRIGUES, 2001, p. 25-26 apud FANINI, 2009, p. [46]).

Os futuros acadêmicos tinham a certeza de que suas visões políticas seriam amenizadas diante de tal feito em criar uma instituição com normas e legitimidade, que os asseguraria e os tornariam mais estáveis.

De acordo com o anuário da ABL (1998-2001), em 1896 um encontro na redação da Revista Brasileira, elegendo Machado de Assis como presidente da instituição. Nas semanas seguintes, foram acordados a respeito de regras e rituais que a instituição deveria possuir, e que contaria também com sócios correspondentes, a fim de assegurar a rápida ascensão da Academia. No dia 20 de julho de 1897, a Academia Brasileira de Letras, se instalou em uma sala do *Pedagogium*, núcleo de pesquisas educacionais no centro do Rio de Janeiro, e assim foi realizada a sessão inaugural, com a presença de dezesseis escritores fundadores. A academia era considerada ‘apartidária’.

A ABL teve como molde a *Académie Française de Lettres*, onde foi estabelecido que na brasileira houvesse patronos, que eram escolhidos entre os escritores, nomes de escritores brasileiros já falecidos, produções que marcaram o País.

Os primeiros anos da Academia não foram fáceis por sua instabilidade econômica. E este período só passou após uma intervenção do acadêmico Mário de Alencar, que conseguiu um espaço em um dos edifícios do governo, para a instalação da ABL. Foi batizado de Silogeu Brasileiro. Este empréstimo só foi possível, pois, após a aprovação de um projeto de lei elaborado por Eduardo Ramos, que solicitava um local para as reuniões, isenção de gastos com tarifa postal e incentivo público à publicação. Posteriormente, em 1923, o governo francês ofereceu à Instituição o *Petit Trianon*, que passou a ser a nova sede.

Sempre muito tradicional, a ABL vetou logo de início qualquer possibilidade de ter uma mulher como acadêmica. Júlia Lopes e seu marido Filinto haviam cedido sua casa para as reuniões, Júlia havia orquestrado com outros escritores todos os detalhes do que viria a ser a instituição, e quando chegou a hora de ser reconhecida por toda sua ajuda e contribuição, não foi bem assim. Alegando que a AF não possuía vínculos com escritoras femininas e sendo este o modelo que seguiam, se tornaria inviável que Júlia Lopes compusesse o quadro de membro fundador, tornando apenas seu marido Filinto como um imortal.

Após anos, a elegibilidade feminina tornou-se uma questão difícil e que dividia os acadêmicos. Havia os escritores que entendiam a posição misógina que a ABL adotava perante as mulheres, e os que defendiam o tradicionalismo e tinham como certeza de que uma

mulher dentro da instituição tiraria o real foco em que a Academia fora criada. Infelizmente, o tradicionalismo parecia sempre vencer a coerência. Prova disso foi quando a ABL recebeu a candidatura de Amélia Beviláqua. Mais uma vez a discussão estava em pauta, e em vez de optarem pelo tradicionalismo para lhe darem o veto, os acadêmicos foram mais a fundo. É o art. 2º do Estatuto da ABL que define a condição para que sejam membros efetivos da Academia, que diz: ‘Só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário. As mesmas condições, menos a de nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes.’

A partir deste artigo, os acadêmicos passaram a entender que a palavra ‘brasileiros’ referia-se aos homens e não às mulheres. Tendo isso, pôs em prática o veto de Amélia. Era uma questão inviável alterar os Estatutos para que então Amélia entrasse, e apegados ao tradicionalismo, um costume que desde a criação da instituição fora sendo passada adiante, a mulher não tinha vez e nem voz naquele recinto. E assim foi

Este argumento fora usado ainda outras vezes. Dinah Silveira também teve como o motivo do veto, o art. 2º da ABL.

Apenas 80 anos depois, a ABL em duas sessões resolveu alterar o estatuto, para então, com um nome já em mente, entrar Rachel de Queiroz.

Para a presente investigação, torna-se necessário utilizarmos o anuário da ABL (1998-2001), sem o ESTATUTO ou a obra de Michelle Fanini (2009) para a construção proposta da trajetória feminina na Academia Brasileira de Letras.

3 AS ESCRITORAS

Neste capítulo serão apresentadas as primeiras escritoras que tiveram sua candidatura aprovada para a inserção na Academia Brasileira de Ciências. Trata-se de: Julia Lopes, Amélia Carolina de Freitas Beviláqua e Rachel de Queiroz.

3.1 JÚLIA LOPES

Júlia Lopes é considerada uma mulher à frente do seu tempo. Nascida Júlia Valentina da Silveira Lopes em 24 de setembro de 1862, na Rua do Lavradio, no Rio de Janeiro. Viveu até os sete anos no Rio, quando se muda e sua família fixa residência em Campinas. Desde muito

nova, já sentia o prazer da escrita, trancava-se em seu quarto e desbravava aquele mundo em que a escrita lhe dava. Mesmo sem entender muito, sentia certo receio, talvez por ser mulher e naquela época não competia à mulher se aventurar fora dos afazeres da casa. Quando fora descoberta pela irmã mais nova e denunciada ao seu pai, Júlia teve medo de seu futuro, mas foi surpreendida pelo apoio do mesmo, Dr. Valentim José da Silveira Lopes (1830-1915.).

Segundo conta seus netos, Cláudio e Fernanda Lopes de Almeida, Júlia fora com seu pai assistir uma apresentação GemmaCuniberti no teatro e saiu de lá encantada com tudo que presenciou. Valentim deveria escrever um artigo para O *Gazeta* de Campinas sobre o espetáculo, porém vendo toda a alegria e empolgação de Júlia usou uma desculpa de não dispor de tempo para o tal artigo, Júlia, mesmo insegura aceitou a missão. Em 07 de dezembro de 1881 é publicado o primeiro artigo da escritora, iniciando sua carreira de jornalista aos 19 anos.

Em 1895, Júlia retorna ao Rio de Janeiro e se estabelece em Santa Tereza em uma chácara, que ainda segundo seus netos, neste mesmo local abrigava o chamado ‘salão verde’, sendo assim batizados por ser um lugar a céu aberto e cercado de plantas, não muito comum naquela época, comparado aos grandes salões de leituras, cheios de requinte, onde costumavam sediar os grandes saraus e tertúlias literárias. Este salão era o reduto para a intelectualidade carioca. João do Rio dizia ser o ‘lar de artistas’.

Júlia casou-se com Filinto de Almeida, também escritor em 28 de novembro de 1887. Passaram uma temporada em Portugal e retornaram ao Brasil, fixando residência no Rio de Janeiro. Assumindo o sobrenome do marido, Júlia Lopes de Almeida publica seu primeiro romance *Memórias de Marta*. Júlia usava muito de sua própria vida e de suas convicções sociais para escrever, procurava compreender a sociedade que estava a sua frente através da escrita e de como queria passar isso a esta sociedade. Diante de tantas mudanças nessa sociedade, a instauração da República, procurava explorar assuntos que muitos procuravam ignorar, e principalmente, falava da mulher. Do seu corpo, do seu jeito, de suas percepções, a mulher era muitas vezes o foco ou contexto de suas obras.

Em *Memórias de Marta*, a autora procurava exaltar a educação como um meio de se transformar o social. Em outros romances como *Família Medeiros* (1892) e *A Falência* (1901), escritos em períodos diferentes, retrata um pouco da realidade vivida: momentos de Abolição da escravatura no país e o Encilhamento (nome pelo qual ficou conhecida a política econômica, durante o governo provisório de marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República.).

Júlia teceu desde Campinas (SP) redes de amizades que lhe influenciariam na sociedade carioca, importantes feministas como Emília Moncorvo de Mello (Carmem Dolores, 1852-1910), Cecília Bandeira de Mello Rebello de Vasconcelos (1870-1948), Francisca Júlia da Silva (1871-1920), Maria Benedicta Câmara Bormann (Délia, 1853-1895) – e figuras masculinas como Machado de Assis (1839-1908), Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Netto (1864-1934), Humberto de Campos (1886-1934), João Ribeiro (1860-1934), Elysio de Carvalho (1880-1925), José Martins Fontes (1884-1937), José Veríssimo (1857-1916) e Manoel Bomfim (1868-1932) (ENGEL, 2009).

Júlia tinha prazer em fazer parte do cotidiano burguês e de como toda aquela vivência lhe inspirava. Do século XIX e início do século XX, período conhecido como a *Belle Époque*, onde a influência de estéticas européias e principalmente francesas fez-se presente em grandes obras da autora. Com isso, o título de ‘primeira-dama dos trópicos’, passou a fazer parte da vida da escritora.

Seu gosto em escrever por ânsias e contextos sociais da mulher a sua época, lhe rendeu o título de feminista, o que de fato deixava transparecer em suas obras. Enquanto primava pela educação, a família e o papel do homem como provedor da casa, Júlia ao mesmo tempo criticava e imaginava outros papéis para a mulher.

É o nosso esposo quem conduz pelo braço através dos caminhos da vida que a sociedade embaraça com seus preconceitos terríveis; é firmado no seu nome, na sua honra, na sua dignidade, que o nosso espírito descansa e que nos vemos cercadas de respeito. Tanto mais forte ele for, quanto mais admiração lhe teremos. (ALMEIDA, 1896, p. 51-2).

A princípio essa ambiguidade deve-se ao fato de como ser visto e de como a sociedade via. O esposo é aquele que conduz à mulher e sua família, quanto à sociedade é a que leva a mulher a ser vista como uma posição abaixo do homem, sendo apenas do lar e nada mais. O matrimônio para mulher nessa sociedade significava reverenciar o provedor, manter-se a disposição do mesmo, e só assim seria ela digna de alguma posição ou existência dentro da mesma. A mulher era reconhecida por seu marido. Sua posição e status social dependiam apenas disso. A época de suas duas grandes obras *A viúva Simões* e *A Falência* pode-se notar em sua escrita toda a transformação em que aquela sociedade sofria. O social, o político e econômico, todos os ingredientes necessários para formar novas pilas de uma sociedade que vivenciava não só a passagem de século, mas o início da República. Nestes romances, é

possível ver a diferença que a autora traz de dois mundos: o mundo público e o mundo privado. O mundo público tem por definição a cidade, o masculino, que representa o homem nas ruas a procura do sustento, constituindo sistemas. Sendo produto do próprio meio em que vive, evidenciando a luta do homem em trazer o sustento e alcançar novos patamares econômicos em prol da família. Já o mundo privado diz a respeito do ‘mundo feminino’. É onde a mulher se encontra com tudo que é lhe dado: a vida doméstica, a servidão pelo marido e a família e todas as outras coisas que não contrastam o mundo dos homens. Quem está em evidência é o homem, mas por trás de cada um, há uma mulher em seu submundo.

Eis o fato: Os críticos diziam que D. Júlia, era uma autora exemplar e seu escrito e livros eram guias de orientação para a noiva, a esposa ou a mãe. Mas o que muitos talvez não percebessem é que tudo era alimento para sua produção literária. D. Júlia prezava mesmo era pelo contexto social. Lúcia Miguel Pereira (1957) diz:

Júlia Lopes de Almeida, na verdade, é a maior entre as mulheres escritoras de sua época, não só pela extensão da obra, pela continuidade do esforço, pela longa vida literária de mais de quarenta anos, como pelo êxito que conseguiu com os críticos e com o público.

Muito já fora contestado o feminismo da autora. Por vezes ambíguo e controverso, a questão era difícil até para a própria, que estava inserida em um meio burguês, branca e escolarizada. Suas escritas e suas opiniões contra o sistema eram sutis e nada provocativas. A autora tentava passar toda a questão social da mulher de forma que o sistema não se virasse contra a mesma. Mesmo assim, Júlia colaborava em jornais femininos (periódicos fundados e dirigidos por mulheres), foi presidente honorária da Legião da Mulher Brasileira, criada pela feminista brasileira Bertha Lutz em 1919 e integrou a diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundado também por Bertha em agosto de 1922 (ENGEL, 2009).

Segundo Eisenhart (2006), ‘o estilo de Júlia Lopes de Almeida, que, utilizando os modelos convencionais masculinos, apresenta uma ficção feminina que reúne os movimentos literários e ideologias sociais e científicas de sua época adaptando-as a um feminismo que não é confrontante com os padrões vigentes, mas também certamente não se nos enquadra ‘bastidores’ do patriarcado brasileiro’, tal como dito, o feminismo de Almeida procurava não bater de frente ou se pôr em evidência, diferente da vertente que se tem hoje, onde mulheres são muito mais seguras para correr atrás do sustento ou de trabalhar em profissões dominadas pelo gênero masculino, a autora entendia suas limitações, e usava esta fraqueza para fortalecer

sua posição. Mesmo controverso, não se pode negar a contribuição que o feminismo de Júlia Lopes de Almeida teve posteriormente, abrindo caminhos para que outras mulheres se espelhassem em suas obras e feitos, modificando e passando adiante a condição da mulher no século XIX e XX.

Júlia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida sediaram em sua residência a maioria das reuniões que culminariam na criação da ABL. Estes estavam imersos em todas as discussões e debates que cercavam o projeto da agremiação. Tendo isso em vista, Lúcio de Mendonça em um artigo publicado no *Estado de S. Paulo, de três* de dezembro de 1896, sugere o oferecimento de uma Cadeira à escritora, para figurar entre os membros fundadores da instituição.

Nos esforços para a criação da Academia, escreveu Lúcio de Mendonça uma série de artigos, com o título ‘Cartas literárias’. Terminava com a enumeração dos quarenta nomes que pareceriam dignos de figurarem como fundadores da instituição; entre eles, vinte e quatro se tornaram fundadores e três deles ingressaram posteriormente. E entre esses nomes estava o de uma grande escritora, conhecida como a maior de seu tempo, Júlia Lopes de Almeida, que sobrepujaria não só ao marido, Filinto de Almeida, como também a José do Patrocínio, Sílvio Romero, Domício da Gama, Eduardo Prado, Clóvis Beviláqua, Raimundo Correia e Oliveira Lima (VENANCIO FILHO, 2006 apud FANINI, 2009).

Mas, poucos concordaram com a posição de Lúcio de Mendonça: Filinto de Almeida, Valentim Magalhães e José Veríssimo. Tão pouco fora insuficiente para bater de frente com os demais fundadores. Aceitar o nome de Júlia Lopes como membro fundador, significava aceitar uma mulher na agremiação, o que era indesejado. O único nome feminino era o da escritora, e o motivo para tal rejeição era de que a ABL havia sido criada nos moldes da Académie Française, que explicitava apenas o ingresso de membros do sexo masculino. ‘Por um acesso de fidelidade – ai sim, excessivo – ao modelo da Academia Francesa, que não aceitava mulheres, Júlia teve seu nome retirado da lista dos quarenta membros’ (LACERDA, 2007 apud FANINI, 2009, p. 158).

Torna-se concreto e explícito o veto ao nome de Júlia Lopes a ABL. No lugar da autora, entra seu marido, Filinto de Almeida. Este reconhecia todo o fato: no inquérito de João do Rio, *O momento Literário*, declarou: ‘Não era eu quem deveria estar na Academia, era ela’.

Mesmo com todos os vetos possíveis com relação a uma elegibilidade feminina, em uma sessão da Academia novamente é levantado o tema; Salvador de Mendonça levanta a questão: ‘porque não começamos pela elegibilidade das brasileiras?’, citando mais uma vez Júlia Lopes de Almeida.

Carlos de Laet outro acadêmico, diante de tais objeções se opõe ao veto. Pouco a pouco a misoginia parecia ter menos força, mas ainda sim era o que regia naquela sessão. Em outro momento, em 13 de setembro de 1911, na crônica do jornal *O País*, Laet comentava a cerca do assunto recente, citando a sessão em que fora sepultada de vez qualquer possibilidade de elegibilidade feminina como membro fundador ou efetivo da instituição. Dizia ele:

‘A exclusão do sexo feminino, tido como inábil para formar parte de uma companhia literária, qual a nossa Academia, far-nos-ia deploravelmente retrogradar muitos séculos, revelando, outrossim, cabal desconhecimento da história de letras.’

Nota-se a partir do que foi dito o total retrocesso que havia nesta decisão. Não perderia a Academia, nem seus membros por uma mulher estar ali, mas sim a literatura, literatura esta que não faz menção de sexo ou gênero, que tem como base apenas o dom da escrita.

A posição de Júlia Lopes diante de seu nome excluído da lista oficial de membros fundadores é de silêncio. Dona Júlia nunca se manifestou ante sua exclusão ou nunca questionou a posição arbitrária e misógina de seus colegas. Simplesmente se calou. O que deixa um ‘vazio’ e apenas uma pergunta: Por quê? Talvez a discrição da autora tenha sido maior que a questão ou que o fato de seu marido estar ‘em seu lugar’ era um alento ou talvez a mesma não tenha dado o devido valor e atenção que toda esta causa merecia. Nunca se saberá ao certo. Resta apenas interpretar os fatos e tomar para si uma conclusão.

3.2 AMÉLIA CAROLINA DE FREITAS BEVILÁQUA

Nascida em Jerumenha, numa fazenda no Piauí em 07 de agosto de 1860, Amélia Carolina de Freitas, era filha do Desembargador José Manuel de Freitas e D. Teresa Carolina da Silva Freitas, tinha 09 irmãos. Logo na infância se mudou com a família para São Luís (MA), onde seu pai era juiz e logo depois presidente da província. Iniciou sua educação com professores particulares na casa onde residiam e concluiu os estudos em Pernambuco. Essa educação, ao longo de seus anos de vida, se destaca, pois vai de contrário ao que moças tinham nessa mesma época, uma educação voltada para a família, o que permitiu Amélia criar ideais e poder julgar o que via ao seu redor, uma sociedade de predominância masculina.

Amélia de Freitas se ressentia da educação que recebera. Apesar de ter aprendido inglês e francês, queixava-se do grande rigor e da pouca profundidade do ensino que lhe fora dado, tão diferente daquele recebidos pelos irmãos João, Vitor, Otávio, Thomaz e Theophilo, que liam em latim,

recebia noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, além de aprenderem ciências naturais, Geografia e Francês (FALCI, 1997).

Desde muito cedo Amélia já percebia as diferenças que seu gênero causava. Aos homens era dado o conhecimento, o poder de decisão e escolha; até chegar à posição de provedor do lar e assim chegariam ao ensino superior, dependendo da classe social. Já a educação da mulher era voltada para o lar, as boas maneiras e seus deveres de esposa. Segundo Cunha (2010):

[...] mantinha-se como um privilégio de poucas. Grande parte das mulheres continuava à margem do processo de alfabetização, não havendo muita diferença em relação à maioria dos homens livres pobres. Aos responsáveis pelas meninas bastava apenas o aprendizado das prendas domésticas mais do que a leitura ou escrita, portanto a educação escolar era vista como elemento de segunda necessidade para as meninas mais pobres – a preocupação fundamental era de que as meninas arrumassem um bom casamento. Já a educação das meninas de famílias mais abastadas se dava na própria casa, uma vez que os pais pagavam um preceptor e acompanhavam todo o processo educativo.

A prioridade das famílias que possuíam mulheres era a do casamento. Não cabia a uma moça ser educada, aprofundar-se nas letras e talvez estiver no mesmo nível de conhecimento dos homens.

Apenas aos dezenove anos Amélia entrou para a escola formal. Mas aos vinte e um se casou com Clóvis Beviláqua e passou a reproduzir os mesmos comportamentos ao qual fora ensinada: cuidar de seu marido e de seu lar. Amélia só volta a estudar informalmente em sua residência. Apesar disso, a autora desde cedo já nutria sua paixão pela escrita. Amélia, ainda estudante, contribuía com o jornal da escola com contos e poesia, em 1889, contribuiu com jornais de Recife e na Revista do Brasil em São Paulo durante cinco anos, se intitulando A. F. B. Também colaborava com o almanaque Brasileiro Garnier, firmando parceria com seu marido, Clóvis Beviláqua, onde escreveram *Enciclopédia e Dicionário Internacional*. Em 1902 foi redatora oficial da Revista Lyrio, de onde também fora uma das fundadoras, de Recife. A revista defendia a educação de mulheres e igualdade de gênero. Eram publicados contos, poemas, críticas literárias de outras escritoras. A revista era um importante elo entre as intelectuais daquela época.

Do encontro com Dr. Cintra Luiz organizou, no Recife, uma interessante revista de senhoras. Ideia feliz agremiou as mais distintas pernambucanas em uma empresa de ordem intelectual, se concretizando na publicação do Lyrio, revista mensal que, por mais de dois anos, derramou, por entre os que

adoram as letras amenas, o delicioso encanto de sua floração em prosa ou verso. (BEVILÁQUA, 1929 apud MENDES, 2006).

A carreira de Amélia é muito lembrada por seus romances. Títulos esgotados e nunca reeditados muitas vezes só podem ser encontrados apenas em sebos, antiquários, bibliotecas particulares ou em setores de obras raras, geralmente não disponíveis para empréstimos. Também poetisa, crítica literária, ensaísta, romancista e contista, nunca publicaram livros de poesia, eram apenas publicados em jornais ou revista. Para Monsenhor Chaves (1994), Amélia foi uma das mulheres mais importantes do começo do século XX. Ele diz: ‘O gênero literário por excelência de Amélia é o romance. Nele, ela põe toda sua alma vibrátil de mulher superiormente enriquecida de vários dotes de espírito’. E ainda observa: ‘ela analisa, com requintes de psicólogo, os dramas interiores das personagens que desfilam nas suas páginas, vivos, insinuantes e autênticos.’ (CHAVES, 1944). As observações do autor corroboram o que toda pesquisa bibliográfica diz: Amélia era uma romancista inenarrável. Seu estilo em contar sua trajetória, seus sentimentos conforme a passagem de tempo em sua vida mostra a sensibilidade e a doçura de uma intelectual em um tempo em que a mulher não tinha voz. Sua escrita revelava o desejo de ser livre por inteiro, sem, porém ou opiniões alheias. Até a forma de se expressar com seu marido, Clóvis Beviláqua, revelava o apreço por tal sentimentalidade, um casal unido não só pelo amor entre um homem e uma mulher, como também o amor pelas letras.

Em 1921 Amélia Beviláqua entra para a Academia Piauiense de Letras, sendo a primeira do gênero feminino. Tendo a cadeira de número 23. Diante de uma carreira notória, a surpresa viria em 1930 com a candidatura a Academia Brasileira de Letras.

De que serve, finalmente, externar o meu modo de sentir? Para dizer que pretendo uma cadeira na erudita sociedade?! Se em todas as minhas aspirações, por mínimas que tenham sido sempre encontrei a formidável barreira do impossível, como poderia pensar em ser consagrada? (BEVILÁQUA, 1930, p. 18. apud LIMA, 2016.).

Amélia Beviláqua encaminha sua candidatura ao então presidente Aloísio de Castro, o que fora comunicado aos acadêmicos em sessão ocorrida no dia 29 de Maio de 1930. Seguiu-se de uma inquietação dos membros até reuniões extraordinárias, na qual mais uma vez os acadêmicos deveriam debater e impor suas posições, e resolver aquela pendência que vinha desde a criação da Academia, em 1897. A luz deste episódio ocorria aos membros o seguinte questionamento: ‘Deve uma mulher pertencer a ABL?’

Amélia desde cedo sofrera influências. Quando nova e ainda solteira, era o seu pai que fazia a vez. Mas ao casar-se com Clóvis Beviláqua, este passou a incentivar e a tecer laços de amizade composto por intelectuais da época, transformando no combustível que a autora precisava, aperfeiçoando suas habilidades e anos mais tarde se candidatando (porque não?) a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Com o apoio do marido, Amélia se torna a primeira mulher brasileira a se candidatar oficialmente a uma vaga na Academia.

Clóvis retribuiu o companheirismo da esposa e a apoiou incondicionalmente quando ela se candidatou a vaga deixada por Alfredo Pujol na Academia Brasileira de Letras. Não havia precedentes para o caso, e os acadêmicos se reuniram para considerar a questão. Mas, para aceitá-la como concorrente seriam necessárias mudanças regimentais que eram inexecutáveis, e isso serviu de justificativa para a negação da inscrição. (ELEUTÉRIO, 2005, p.168 apud FANINI, 2009).

Apesar de todo apoio que recebera de seu marido, os fatos que se seguem não foram favoráveis à escritora. Campos (1935 p. 272-284), narra um trecho do que foi Amélia chegando a ABL e entregando oficialmente sua candidatura. Pode-se se ver o descaso, o machismo e principalmente à misoginia velada e o desprezo por uma mulher se achar no direito de ter tal honraria, dada aos ‘grandes imortais’.

Aberta a sessão. Aloísio de Castro, presidente, submete à apreciação dos estatutos da casa a preliminar: deve-se, ou não, diante dos estatutos fazer a inscrição de um candidato do sexo feminino?

Há opiniões, favoráveis, em virtude de compromissos tomados recentemente em entrevistas à imprensa, quando *procuraram tornarem-se amáveis com as mulheres. Aldemar Tavares é desse número.* Luis Carlos confessa: Que hei de fazer meu velho? *Eu sou contra; mas já disse publicamente que era a favor.* Agora tenho que sustentar o que disse...

Afonso Celso é favorável porque Maria Eugênia, sua filha é candidata. Sincero, unicamente Augusto Lima que se apega, aliás, a *um argumento digno de sua mentalidade*, formada em Minas em 1882: descobre que ele que gramaticalmente, quando se diz “*brasileiros*”, *significa indivíduos de ambos os sexos nascidos no Brasil.* Constancio Alves lê um voto contrário, interessantíssimo e virtuoso.

Dou a minha opinião: não se trata de *interpretação gramatical*, mas de *interpretação de histórica*. Urge, pois, que os fundadores da Academia, sobreviventes, informem o espírito com que foi redigido aquele artigo dos estatutos.

Coelho Neto, informou que, num encontro com Lúcio de Mendonça, este se referindo à pretensão de uma poetisa do tempo, lhe dissera que a *Academia era séria*, e não admitia mulheres. Silva Ramos, na sua qualidade de membro da primeira diretoria, depõe, batendo nervosamente na bancada:

Eu posso dizêre, e afirmáre, que, quando votamos os estatutos, e escrevemos a palavra “brasileiros”, nos referimos unicamente a brasileiros ”macho”!

Riso alegre de todos. E a inscrição de D. Amélia é recusada por quatorze votos contra sete, com grande alívio mesmo dos que votaram a favor.

A questão do estatuto da casa é citada, pois, no mesmo, há o uso da palavra “brasileiro”, que é interpretada pelos membros como uma forma de se dirigir a homens, ao que o Art. 2º do Estatuto da ABL, ao fazer menção à ‘brasileiros’, refere-se apenas a homens, que tenham em qualquer gênero de literatura, publicado obras de reconhecido mérito, ou fora desses gêneros, livros de valor literário. As mesmas condições, menos de nacionalidade, exigem-se para membros correspondentes. Para os acadêmicos, caso Amélia saísse vitoriosa, seria necessário mudar todo o Regimento Interno da Academia, o que seria impossível visto todas as barreiras impostas pelos próprios membros desde a sua criação. Clóvis Beviláqua conformado com tal posicionamento da ABL, usa o argumento de que ‘se assim o é, o dicionário da língua portuguesa, então em processo de elaboração pela própria Academia, certamente indicará que o verbete ‘brasileiros’, se refere apenas aos indivíduos do sexo masculino’. (FANINI, 2009)

Ainda se refere ao artigo 69 da Constituição, que diz “são cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil”, tentando quebrar o argumento pífio que fora usado pelos acadêmicos, dizendo que se é mesmo da forma em que os acadêmicos citam então a mulher não teria direito ou nacionalidade.

A estratégia da ABL não condizia com sua postura. Uma manobra equivocada que comprometia o próprio sentido da instituição. Um erro de interpretação fatal para a Academia que tinha como motivo de sua existência a língua portuguesa.

Conduzia assim a ABL, o debate em torno do acesso feminino à imortalidade literária como uma questão prioritamente gramatical, insensível aos argumentos enfáticos de Clóvis Beviláqua que invocava a responsabilidade da Academia enquanto autora do Dicionário da Língua Portuguesa. (HOLLANDA, 1992, p. 77 apud FANINI, 2009).

Se antes, a recusa de intelectuais do gênero feminino era sutil e ‘por baixo dos panos’, a sessão extraordinária em que Amélia fora recusada deixou clara a posição dos membros e da Academia Brasileira de Letras. ‘O presidente Aloísio de Castro declarou que a deliberação da Academia teria caráter geral e não individual, ficando resolvido que a Academia não aceita candidaturas femininas nas vagas de seus candidatos’ (VENANCIO FILHO, 2006, p. 12).

Pois Amélia Beviláqua não se calou. Do seu veto a ABL, a mesma publicou um volume inteiramente dedicado ao tema, intitulado *A Academia Brasileira de Letras e Amélia*

Beviláqua, tendo o subtítulo ‘Documentos Histórico-Literários’, uma série de compilações de discursos e artigos avulsos, que foram veiculados pela imprensa na época.

Nas palavras iniciais D. Amélia menciona que a recusa “provocou revolta natural na mentalidade brasileira contemporânea, que se traduziu em escrito de grandes vibrações liberais e notável elegância de frase, e em outras manifestações mais íntimas, igualmente expressivas pela simpatia pela minha causa, pelo pensamento a que ela dignamente deu expressão”. Diz ter sido “um extraordinário acontecimento literário que eu julgo merecer ficar documentado e não disperso em jornais. Daí nasceu à idéia de publicar este volume. Tantas foram às homenagens, que a fizeram ficar profundamente comovida”. (VENANCIO FILHO, 2006, p. 24)

No capítulo final, Amélia diz: ‘Desligada para sempre da imortalidade concentrada na Academia Brasileira de Letras, não a odeio’ (VENANCIO FILHO, 2006, p. 29).

Clóvis Beviláqua inconformado com o tratamento que a Academia deu a sua esposa advogou a favor da mesma e a defendeu de comentários negativos e de toda falácia a cerca do fato. Este tornou pública a ruptura com a ABL, deixando de frequentar as reuniões logo após a recusa de sua esposa, mas seu desligamento nunca fora definitivo, pois, o título de membro da ABL é vitalício e irrenunciável.

Apesar da atenção em que a escritora e seus ‘aliados’ trouxeram para o caso, a Academia Brasileira de Letras manteve seu habitual silêncio. Atas, anuários ou almanaques pouco dizem sobre as tentativas de mulheres para se tornarem imortais. Júlia Lopes aqui citada, Carolina Michaelis, a escritora portuguesa que também teve o veto concedido a partir de uma firula dos membros para com o estatuto e chegando a Amélia Beviláqua, mostra o descaso e a falta de sensibilidade a estas mulheres. Limitando a história não só da Instituição, mas sendo conivente com decisões arbitrárias e ofensivas a essas escritoras que ajudaram a compor o cenário literário do fim do século XIX e início do século XX. A importância dessas escritoras para o movimento feminista também é incontável, e apesar de pouco ou nenhum posicionamento da Instituição a despeito delas, ainda sim a história fora contada.

3.3 RACHEL DE QUEIROZ

Em 17 de Novembro de 1910, nasce Rachel de Queiroz. É a primeira filha de Clotilde Franklin e Daniel de Queiroz. Seu nome é em homenagem à avó paterna. Moravam em uma casa na Rua Senador Pompeo, que pertencera a sua bisavó materna Maria de Macedo Lima, mais conhecida como ‘dona Miliquinha’, que era prima do escritor e também cearense José de

Alencar. Dona Miliquinha foi uma das primeiras pessoas a conhecer *O guarani*, que Alencar vivia lendo para os familiares em voz alta. Seu pai era juiz de Direito em Quixadá, a 170 quilômetros de Fortaleza e levaram a família de volta 45 dias após o seu nascimento. Em 1913 toda a família volta para Fortaleza, pois o pai de Rachel de Queiroz havia sido nomeado promotor. Após um ano nesta função, o mesmo pede demissão e passa a lecionar Geografia no Liceu, onde permanecera até 1915. Daniel de Queiroz resolveu cuidar da educação da própria filha e ensinou-a a montar cavalo, nadar e ler. Rachel aos cinco anos conseguiu ler *Ubirajara*, que a mesma em sua biografia frisa que não conseguiu entender nada. Naquele ano de 1915 enfrentam uma grande seca, que serviria de inspiração para Rachel posteriormente. Em 1917 a família se muda para o Rio de Janeiro e naquele mesmo ano vão para Belém. Residiram lá por dois anos até que voltam para o Ceará. Sua avó paterna desconfiada de que não estava sendo preparada para o religioso, pediu-lhe que fizesse o sinal da cruz. Rachel obedeceu e fez o sinal, mas com a mão esquerda. Horrorizada com o que via, sua avó obrigou o filho a matricular Rachel no colégio Imaculada Conceição, de freiras francesas. Em 1925 conclui o curso normal no colégio e sua formação para por aí. Orientada por sua mãe, ela entra no mundo da leitura, leituras brasileiras, francesas e clássicas. Esse ritmo intenso estimulou os primeiros escritos ‘contos cheios de tempestades, de um romantismo terrível’, que guardava apenas para si.

Em 1927 com o pseudônimo de ‘Rita de Queluz’, Rachel envia uma carta totalmente irônica ao jornal *O ceará* sobre os concursos ‘Rainha dos estudantes’, promovidos pelo jornal. A carta fez tanto sucesso que o diretor do jornal, Júlio Ibiapina, que era amigo também de seu pai, convida-a para colaborar com o veículo. Segundo *O caderno de literatura Brasileira* (1997, p. 11):

Ironicamente, três anos depois, na condição de professora substituta de História na escola onde concluíra o normal, Rachel, mais jovem do que a maioria das alunas, é eleita ‘Rainha dos estudantes’. No momento da coroação, em plena sala do governador do Estado, ela toma conhecimento de que João Pessoa havia sido assassinado; joga a coroa no chão e deixa às pressas o local, com uma única explicação: ‘sou repórter’.

Mais uma vez a família se muda, dessa vez para a capital cearense e a colaboração para *O Ceará* se torna regular. Publica o folhetim *História de um nome* e organiza a página de literatura do jornal.

Em 1930 uma suspeita de tuberculose obrigou Rachel de Queiroz a se submeter a um rígido tratamento, e foi nessa época em que a mesma decidiu escrever um livro que falasse da

seca, *O quinze*. Este foi publicado no mês de agosto numa tiragem de mil exemplares. Como as críticas que eram divulgadas em jornais cearenses não eram o bastante, Rachel manda o livro para o Rio de Janeiro e São Paulo. Elogiado por Augusto Frederico Schmidt e Mário de Andrade, Rachel logo se transformaria numa personalidade literária.

Em 1931, além de receber no Rio de Janeiro o prêmio de romance da Fundação Graça Aranha, começava também o contato com integrantes do Partido Comunista. Voltou a Fortaleza e ajudou a criar o PC cearense.

Em 1932 casa com o poeta bissexto José Auto da Cruz Oliveira. É fichada pela polícia de Pernambuco, ficou conhecida como ‘agitadora comunista’. Com seu livro *João Miguel* pronto, o Partido Comunista informa a escritora de que o livro deveria ser submetido ao Partido a fim de ser aprovado ou não. Após algumas semanas de ter entregado os originais, Rachel é convocada pelo PC para uma reunião, onde é informada que seu livro não poderia ser publicado, pois não fora aprovado pelo Partido porque na história, um operário matava o outro. Ela finge concordar, pega o original de volta e foge. Para ela, o Partido não tinha autoridade para censurar sua obra. Era o rompimento de Rachel de Queiroz com o Partido Comunista. Publica seu livro pela editora Schmidt, no Rio de Janeiro. Muda-se para São Paulo e se aproxima do grupo trotskista.

Quando em 1935 se muda para Maceió, ela passa a ter amizade com os escritores Graciliano Ramos, Jorge de Lima, José Lins do Rego e o jornalista Arnon de Mello.

Em 1937 lança o romance *Caminho das pedras* pela editora José Olympio, no Rio de Janeiro. Decretado o Estado Novo, os exemplares de seus romances são queimados por ordem da Sexta Região Militar de Salvador, juntamente das obras de Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, foram acusados de subversivos. Por causa de sua militância, é detida durante três meses na sala de cinema do corpo de Bombeiros de Fortaleza. “Foi uma prisão amena: os bombeiros faziam serenata pra mim todas as noites.” (CADERNOS DE LITERATURA, 1997, p. 12).

Separa-se do marido e publica no Rio de Janeiro seu quarto romance *As três Marias*. Conhece através do escritor e médico Pedro Nava o seu futuro marido, primo de Pedro, Oyama de Macedo. Em 1957 Rachel recebe o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, por todo o conjunto de sua obra.

Saindo um pouco da sua linha da vida, pode-se ter a noção que a vida de Rachel de Queiroz caminhou junto com os processos de modernização e urbanização do Brasil, e todo processo que envolvia também o lugar de onde veio. A imprensa, grande paixão de Rachel de Queiroz e a profissão que a regia, sofria de grandes mudanças e destacava os processos

políticos, econômicos e sociais da República, o que também influenciavam nos comportamentos da sociedade e de principalmente do feminino. Já naquela época começava a se ver tais mudanças no comportamento feminino, emancipação estava ligada ao conceito de liberdade individual, ter direitos civis e eleitorais. Para os homens, as mulheres deveriam ser depositadas da posição de dona de casa e apenas do lar, mas ainda sim estaria ligada a esta posição através de ser mãe e esposa.

Rachel era bem clara nestas considerações. Suas personagens não viam o casamento como uma solução. Mostram-se muitas vezes avessas a esta opção. As buscas por outros caminhos, por se conhecerem e explorar tudo que tem a vista é por vezes a personificação da realidade da autora, que mudava conforme o mundo ia mudando.

Rachel procurava tocar em assuntos delicados e considerados tabus, procurava alimentar às vezes de forma sutil ou não dúvidas acerca do que uma mulher poderia ou não, ou de até aonde mesmo viria o preconceito.

Conceição tinha vinte e dois anos e não falava em casar. As suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora com os dezoito anos e o tempo de normalista; dizia alegremente que nascera solteirona. Ouvindo isso a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão... - Esta menina tem umas ideias! Estaria com razão a avó? Porque, de fato, Conceição tivesse talvez umas ideias; escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos, e às vezes lhe acontecia citar o Nordau ou o Renan da biblioteca do avô. Chegará a até a se arriscar em leituras socialistas, e justamente destas leituras é que lhe saíam às piores das tais ideias, estranhas e absurdas à avó. Acostumada a pensar por si, a viver isolada, criara para seu uso ideias e preconceitos próprios, às vezes largos, às vezes ousados, e que pecavam excessiva marca de casa. (QUEIROZ, 1985, p. 4-5).

É possível neste trecho do livro *O quinze*, visualizar o que era uma personagem de Rachel de Queiroz. Se hoje, nos tempos atuais, há menos dificuldades para as mulheres por todas as lutas e conquistas de outrora, naquele tempo a história era diferente. Quem critica a personagem não é de figura masculina, mas sim sua avó, que não entendia como uma mulher poderia ter 'atitudes' de homens, não ser uma defensora do casamento e principalmente ser intitular dona de si. A avó, vinda de tempos mais arcaicos e de costumes que diminuíam a capacidade da mulher, não entendia como sua neta poderia ser tão diferente. O requinte e de certa ironia usada, mostra-se quem é Rachel. Em sua entrevista concedida aos Cadernos de Literatura Brasileira, ela diz referindo-se a suas personagens: 'Minhas mulheres são danadas, não são? Talvez seja ressentimento do que não sou e gostaria de ser'. (CADERNOS DE LITERATURA, 1997, p. 26).

Nota-se a real intenção de Rachel. Talvez bem a frente de seu tempo, suas personagens eram uma forma de idealizar uma realidade diferente da quais muitas mulheres daquela época viviam. A procura da igualdade de direitos, da libertação sexual e autonomia de seu próprio corpo, já não eram apenas desejos reprimidos, já eram escritas, versos e poesias.

Rachel teve como inspiração, Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Era uma importante defensora dos direitos femininos. Segundo Miriam de Moreira Leite (1984, p. 21-22) ‘ a partir de seu primeiro livro em 1918, Maria Lacerda começou a examinar a condição feminina e a estudar a bibliografia em português ou traduções existentes a respeito da mulher. Nas obras subsequentes passou a divulgar a luta pelo direito a cidadania, à educação. Pregou a necessidade de resistência à redução da vida da mulher ao papel de procriadora, aos preconceitos existentes contra a mulher escritora, à legitimação da inferioridade feminina na sociedade vigente. Defendeu o direito ao amor e ao casamento por escolha, a necessidade da maternidade consciente; o problema da solteirona e da prostituta; as situações criadoras dos crimes passionais e as formas do trabalho doméstico e repercussões do trabalho assalariado feminino.

Rachel e Miriam se encontravam nas redações do jornal *O Povo*, que ainda estava se estabelecendo no Rio de Janeiro, e apostava na diversidade do sexo para compor a redação do jornal. Miriam era a mulher que trouxe a Rachel a luz do feminismo, dos direitos iguais e as reivindicações que precisava fazer naquele tempo. Na entrevista concedida aos Cadernos de Literatura Brasileira (1997, p. 26) é possível ver Rachel falando sobre o movimento. Mesmo após esse período de conhecimento e de grande importância, a autora prefere se opuser ao feminismo e nunca se assumir como feminista em si. Mesmo assim, Rachel de Queiroz travou batalhas e trouxe com suas personagens uma visão mais moderna e igualitária perante os gêneros.

Eu sempre tive horror das feministas; elas até me chamavam de machista. Eu acho o feminismo um movimento mal orientado. Por isso sempre tomei providências para não servir de estandarte para ele. Às vezes, uma feminista dava entrevista falando mal de um homem; pois eu achava um jeito de dizer que gostava do atacado só para manter minha posição.

Ao mesmo tempo em que assume ter aversão ao movimento, Rachel na próxima pergunta do entrevistador eleva a mulher e sua escrita. A pergunta cita o que o escritor português dizia a respeito da escrita feminina: ‘Toda mulher que escreve é um homem por dentro’. Ao pedir para comentar sobre, Rachel trata de igualar e quebrar o machismo deste fragmento:

Eu acredito numa escrita feminina sim. O mundo da mulher não é o mundo masculino. As marcas da escrita feminina estariam principalmente na linguagem. O meu caso é diferente: talvez eu tenha uma linguagem masculina porque venho do jornal. Quando eu comecei a escrever, a literatura brasileira ainda se dividia entre o estilo açucarado das mocinhas e a literatura masculina. Hoje o estilo de muitas escritoras brasileiras se impõe. Clarice, por exemplo. Ela foi à maior de todas nós – e era absolutamente feminina. (CADERNOS DE LITERATURA, 1997, p. 26).

A partir do que fora dito, podemos traçar e ter alguma noção de quem era Rachel de Queiroz. Uma mulher forte, militante, feminista (apenas no sentido da palavra, não em militância), que acima de tudo tinha como suas ideologias uma prioridade. Esta é Rachel de Queiroz, a primeira mulher a entrar na Academia Brasileira de Letras.

Em 1976, houve uma sessão dedicada à proposta de Osvaldo Orico sobre a reforma do Regimento Interno, proposta esta que chegou a casa em 1951, mas que fora abafada até então. A proposta dizia:

Considerando o Art. 17 do Regimento Interno da Academia entra em conflito com o disposto no Art. 2º dos Estatutos da Academia, que não discrimina sexos para os ‘brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros da literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou fora desses gêneros, livros de valor literário, considerando que à luz de nossas constituições políticas, não existe discriminação no emprego e uso da palavra “brasileira”. Considerando que caducou o preconceito de só elegerem para instituições como esta cidadãos do sexo masculino, como discrimina, contra os nossos Estatutos, o Art. 17 do Regimento Interno, e que instituições congêneres, como a Academia Paulista, a Academia Mineira e várias outras existentes no país, já contam com a presença de mulheres nos seus quadros. Considerando que a Academia das Ciências de Lisboa já contou entre seus membros um valor feminino do porte de Carolina Michaelis. Considerando, finalmente, que constitui um privilégio injusto e odioso para os homens que sejam excluídos de participarem dos quadros da Academia elementos feminino do maior e mais destacado relevo nas letras nacionais; proponho que seja alterada para esta, em consonância com os nossos Estatutos, a redação do Art. 17do Regimento Interno desta Casa, que interpretou de maneira errônea e inconstitucional do Art. 2º dos referidos Estatutos: Art. 17 – os membros efetivos serão eleitos, nas condições do Art. 2º dos Estatutos, dentre os brasileiros do sexo masculino ou feminino, que tenham publicado, em qualquer gênero da literatura, obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livros de indiscutível valor literário. As mesmas condições, menos a nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes. Sala das Sessões da Academia Brasileira de Letras, em dois de julho de 1970 (RABL, 1970 p. 9-10 apud FANINI, 2009).

O acadêmico Genolino Amado toma a palavra e declara que o que está em causa na verdade é o artigo estatutário, pois o Regimento sendo menor, não poderia reger as posições

estatutárias. O Sr. Magalhães toma a palavra e declara ‘o Regimento não esclarece. O Regimento acrescenta, vai além do Estatuto, alargou o estatuto.’ (VENANCIO FILHO, 2006, p. 37).

Após uma discussão acalorada e repleta de posicionamentos a favor e contra a proposta, o acadêmico Osvaldo Orico pede então uma votação, o que mesmo assim não decidiu o futuro da alteração do Regimento Interno. Apenas na sessão do dia 14 de Outubro do mesmo ano, é que o presidente Austregésilo de Athayde procede à votação para permitir seguir adiante a com a proposta de Osvaldo Orico para alterar o Regimento Interno e assim conceder elegibilidade ao sexo feminino. Já havia 28 votos favoráveis à proposta, e os outros onze acadêmicos também seriam de acordo a ela. A proposta teve uma emenda aditiva do acadêmico Hermes de Lima, que diz:

O assunto já foi devidamente discutido através dos oitenta anos da Academia, e creio que houve tempo suficiente para que ela emendasse os seus pontos de vista e hoje chegasse ao que me parece uma atitude de unanimidade. (VENANCIO FILHO, 2006, p.41).

De fato, já haviam se passado oitenta anos e o silêncio da ABL permanecia. Ainda sim, mesmo tendo a maioria dos acadêmicos a favor do sexo feminino, havia quem não estivesse de acordo. Ainda em 1970, houve também a candidatura formal de Dinah Silveira, que assim como as outras, caiu na velha história do Art. 17 do Regimento, ficando assim sua candidatura negada à cadeira 17. Mesmo a luz da discussão da proposta de Osvaldo Orico, o Regimento não havia sido mudado, portanto, as regras continuavam insensíveis ao sexo feminino.

A brecha da questão da palavra ‘brasileiros’ e dos ‘costumes’ que os acadêmicos pareciam tanto prezar, ainda tinham mais peso do que qualquer escritora, mesmo esta tendo grande reconhecimento e apoio externo. Dinah era de família de intelectuais renomados, seu pai, Alarico Silveira era advogado e homem público, tivera dois casamentos com pessoas notáveis, à época da primeira candidatura a ABL, Dinah estava em seu segundo casamento com o diplomata Dário Moreira de Castro Alves, que atuou como embaixador do Brasil em Portugal.

No entanto, todo prestígio e atenção que a escritora tinha não foram o suficiente para manter sua candidatura. Talvez por causa de toda notoriedade que a escritora trouxe para o assunto, houve certa comoção nacional diante de sua recusa a ABL. Embora tenha sido Rachel de Queiroz a ser a primeira escritora a ser aceita pela Academia Brasileira de Letras,

muito se reconhece e liga esse fato a Dinah Silveira, pois, justamente toda sua luta contra a ABL e sua recusa em aceitar escritoras, fora definitivamente compensada ao Rachel de Queiroz ser a primeira mulher quebrar um tabu de 80 anos dentro da ABL.

O curioso fato é que os mesmos acadêmicos que vetaram Dinah Silveira, foram os mesmos que finalmente mudaram o Regimento Interno para Rachel de Queiroz entrar. Ainda na sessão do dia 14 de outubro, o presidente Austregésilo Athayde pede que conste na ata da Academia o que se provou por unanimidade:

‘Vamos votar com certa solenidade esta proposta, que tem oitenta anos de apresentação. No curso da Academia ela foi diversas vezes cogitada e apresentada. Chegou o momento de decidir. Temos aqui vinte e nove votos por escrito, outros apresentaram pequenas ressalvas, mas dando o seu assentimento à emenda de Hermes Lima. Espero que os que enviaram cartas e aqueles que aprovam a emenda Hermes Lima e, implicitamente, a proposta de Osvaldo Orico, queiram ficar sentados. Foi aprovada por unanimidade pela Academia Brasileira de Letras.’ (VENANCIO FILHO, 2006, p. 41).

Rachel foi recebida pela Academia em 04 de dezembro de 1977, por Adonias Filho. Muito se especulou porque logo Rachel de Queiroz fora escolhida, e se a mesma sempre tivera vontade de entrar para a Academia. Mas a indiferença de Rachel foi mudando ao longo do tempo em virtude de seus amigos. Na entrevista concedida aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, o entrevistador especulou se os militares possuíam interesse e certa influência sobre sua candidatura, pois, mandara dois representantes do regime militar a sua posse, o ministro da Educação, Ney Braga e representando o presidente Ernesto Geisel, e o ministro da Justiça, Armando Falcão. Ainda comenta sobre o bilhete que recebera de Geisel, em que o mesmo dizia ser seu leitor, e tendo a mesma respondida que era tudo que um escritor poderia almejar ter o presidente como seu leitor. Rachel diz:

‘Olhe, os militares estavam por cima da carne seca. Não estavam se importando nem um pouco com a gente, não. E eu, de minha parte, nunca vi a cara do general Figueiredo, nem do Médici, jamais falei diretamente com Ernesto Geisel (apesar de ter sido, antes, amiga da Amália Geisel; depois que o general assumiu a presidência, eu dizia para ela: “Você agora é presidenta, não quero negócio com você”). No caso da Academia, o grupo que me apoiava não era por influência do governo militar. O que eu tinha lá dentro era velhos amigos. Foi por isso que entrei na Academia: pela amizade, a solidariedade de toda uma geração de escritores. Tanto que, apesar de ter sido a única durante algum tempo, jamais me senti solitária na Academia. Austregésilo de Athayde, o presidente, era meu amigo de 30 anos. Adonias Filho era como um irmão. Octávio de Faria, outro. Odilo Costa Filho era meu compadre. Josué Montello, um amigo pra vida toda. Por

aí você pode ver como não tem cabimento essa ideia de que eu só entrei por causa dos militares. ' (CADERNOS DE LITERATURA, 1997, p.30).

Diante de tais fatos, parece ficar implícito o que levou Rachel de Queiroz além de sua carreira majestosa a ABL. Os mesmos acadêmicos citados pela autora foram os mesmos que rejeitaram Dinah Silveira. E qual prestígio teria então Rachel de Queiroz? Amigos. A mudança do Regimento Interno não veio por acaso, já era uma questão difícil de manobrar a recusa de mulheres, os argumentos antes usados, já não serviam mais, pois os tempos estavam mudando, outras Academias como de Lisboa (Portugal) ou a de São Paulo (SP) já aceitavam mulheres e apenas a Academia Brasileira de Letras mantinha essa misoginia velada. Rachel não escolheu a Academia, a Academia que a escolheu. A deixa fora a proposta de Osvaldo Orico, para então, os acadêmicos com Rachel de Queiroz em mente, abrir o caminho.

Dentre tantos discursos no dia da posse da escritora, um chama a atenção. O de Raimundo Magalhães Júnior:

‘A Academia Brasileira de Letras, sendo uma instituição viva, atenta às transformações sociais e culturais por que a nossa sociedade tem passado, e reconhecendo a crescente importância da contribuição feminina às nossas letras, acabou por vencer as divisões existentes em seu seio. Os dois partidos – o que se apegava a uma tradição de mais de setenta e o que queria romper com essa tradição, atualizando-a - a acabaram por chegar num acordo. Não se tocava nos Estatutos, dando-se lhes, porém, a interpretação que era a de Clóvis Beviláqua, de Spencer Vampré e, posteriormente, a de Vicente Ráo. A Academia passaria a admitir candidaturas de escritoras. ’ (VENANCIO FILHO, 2006, p.43).

Depois de oitenta anos de silêncio, é a primeira vez que a Academia se pronuncia sobre a problemática do gênero feminino. Assumiu nas entrelinhas que o posicionamento de Clóvis Beviláqua era o mais sensato. Ao olhar para a trajetória da Academia Brasileira de Letras, nota-se um vazio e toda sensação de impotência. Grandes nomes da literatura brasileira foram descartados apenas por serem mulheres e foram também esquecidas ou abafadas com o tempo. Apesar da posição feminista, mesmo que não ligada ao movimento feminista de Rachel de Queiroz, há quem diga que a autora não lutou pela elegibilidade feminina como Dinah Silveira ou mesmo as outras rejeitadas como Amélia Beviláqua ou Júlia Lopes. Para uns, Rachel entrou através de um grande complô, onde seus amigos como Adonias Filho e até mesmo o presidente da casa Austregésilo Athayde, serviram de manobras e grandes mobilizações internas. E o fato da própria autora mostrar todo esse ‘desinteresse’ e falta de apatia pela causa a quais grandes escritoras já haviam tentado e lutado, corroboram

ainda mais para o boato. Rachel dizia não ser feminista, apesar de lutar e jamais abaixar a cabeça para qualquer forma ou pessoa que achasse que podia lhe por rédeas. Era livre de uma forma única, e assim e por isso fora muito criticada. Achavam que Rachel desmerecia a causa, que havia entrado justamente por ser conivente com o machismo.

Rachel de Queiroz jamais deve ser desmerecida de seu feito. Ser a primeira mulher a entrar em um ambiente machista, não a torna mais especial que as que vieram posteriormente. Mas era à hora de haver uma, alguém precisava abrir as portas da ABL para as escritoras femininas. O feminismo consiste na luta de mulheres pela igualdade de direitos entre os gêneros. E mesmo que a autora não fosse engajada na questão, sua carreira, seus livros, suas personagens e toda sua história de luta e de militância política, mostravam a força que era a mulher Rachel de Queiroz. Finalmente a Academia Brasileira de Letras se rendia ao mundo literário feminino.

4 FEMINISMO E O SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL

Este capítulo abordará o sufrágio feminino no Brasil para nos auxiliar na contextualização do cenário majoritariamente masculino reinante durante a inserção das escritoras na Academia Brasileira de Ciências.

4.1 FEMINISMO

A palavra feminismo possui a seguinte definição: ‘Doutrina cujos preceitos indicam e defendem a igualdade de direitos entre mulheres e homens; movimento que combate a desigualdade de direitos entre mulheres e homens; ideologia que defende a igualdade, em todos os aspectos (social, político e econômico) entre mulheres e homens.’ E não poderia ter definição mais clara.

Pode-se ver ao longo de toda história mundial, mulheres que se rebelaram contra o seu tempo. Mulheres estas que desafiavam os princípios que a igreja católica havia imposto sobre seu sexo. O dogma (doutrina de caráter indiscutível) idealiza a mulher de forma patriarcal e submissa, sendo a mulher responsável pelo seu marido, seu lar e a total serventia destes.

O catolicismo tradicional sustentava a posição reinante: separação das duas esferas (por gêneros) e mantinha-se irredutível em relação às questões da reprodução e da sexualidade. Na crítica feminista laica e religiosa, havia, então, embate explícito contra a hierarquia católica masculina, que ditava

regras para a vida das mulheres, perpetuando a desigualdade de gênero. (SCAVONE, 2008, p. 2)

As revoluções socialistas e liberais fomentaram o movimento feminista. Logo eram reprimidos pelo conservadorismo, porém, na Inglaterra e nos Estados Unidos com uma política mais liberal, onde liberais e feministas possuíam ideais parecidos, o movimento se fortalecia. Acreditava-se que a educação e as reformas políticas sociais eram as únicas formas de combater o grande déficit que o conservadorismo produziu.

O liberalismo surgiu no meio da desintegração final do que Marx denominou aqueles ‘heterogêneos vínculos feudais’, na decadência da aristocracia e no surgimento de uma nova ordem de comerciantes e empresários com uma ‘propensão natural’, como disse Adam Smith, ‘a traficar, transportar e trocar’. (DIETZ, 2001, p.9)

Quando a sociedade passou do sistema de economia feudal para uma sociedade com economia capitalista, cresceu-se o apoio da classe média ao pensamento liberal e o protestantismo. O patriarcado e a propriedade privada passaram a dominar e assim exigir a continuidade da família, uma linhagem legítima, que continuaria a descendência e o controle absoluto das posses passadas por geração. Diante deste fato, as mulheres foram perdendo seu espaço e autonomia dentro do mercado de trabalho, e as poucas que ainda persistiam ocupavam cargos mal-remunerados, não tendo ascensão e diminuindo o papel dentro da economia e daquela sociedade. Engels (1995) diz que a grande derrota do sexo feminino estava no estabelecimento da família moderna e em todos os antagonismos que envolveram a construção do Estado e Sociedade. Estas foram criadas pautadas no poder central do homem, onde o homem provia para sua família, trabalhava fora e assegurava sua descendência, e a mulher devia fidelidade ao seu marido, garantindo herdeiros, os bons costumes e a boa educação aos seus filhos. A monogamia era exigida apenas ao sexo feminino, sendo esta a forma de subordinação direta ao homem. ‘As mulheres devem ser educadas para agradar os homens e serem mães. Devem ser educadas na reclusão sexual e castidade que legitimam a paternidade.’ (NYE, 1995, p.20)

A primeira grande onda do feminismo no século XIX e fora até os meados do século XX defendia o sufrágio, direitos políticos, sociais, econômicos e ao trabalho. A mulher não possuía consciência cívica, tampouco se falava de política, perante a sociedade, ela era ‘fundida’ ao homem e assim, o que o marido desejasse então esta seria também a vontade da

mulher. Mesmo que não houvesse consenso ou opiniões contrárias, o homem era tido como a voz da família, do seu lar e da sua esposa.

A segunda onda inicia-se nos anos 60, que é mais um renascimento do movimento, marcado também por abranger o período das pós guerras mundial. Nesse período, procurou-se definir o que era a mulher, suas vontades e singularidades, de modo que fossem reconhecidas e protegidas. Para as feministas, *o privado é político*. Além da eterna luta por direitos políticos, o que acontecia no privado, ou seja, casas, empregos, deveria também ser de cunho público e discutido a respeito. A violência sexual contra a mulher, casos de violência da família para a mulher, também era uma questão de caráter público. Ser dona de suas vontades e de seu corpo também fazia parte da pauta. O aborto fora amplamente discutido, refletindo a defesa da liberdade sexual feminina. Uma análise de Betty Friedan, autora do livro *Mística feminina*, entrevistou várias mulheres para compor sua obra, e dessas entrevistas destacou-se que as mulheres estavam casando cada vez mais jovens, estudavam menos e tinha uma preocupação com estereótipos, refletindo a posição de objeto para a sociedade. Seu lugar era a cozinha e sua referência maior era o lar. A vida perfeita e digna para uma mulher era ser dona do lar, agradar ao marido de todas as formas e cuidar das crianças. E quando o casamento falhava então a culpa voltava para a mulher, pois em algum momento ela deixou de servir a esses propósitos com eficiência. Todas estas questões serviram como a base para o questionamento do movimento, a mulher queria ser dona de si, sem estigmas ou estereótipos sobre suas cabeças, queriam poder escolher, tendo inclusive a liberdade de escolher não se casar e não ter filhos. O feminismo desse momento “deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres [...]” (PEDRO, 2005, p. 79). E a terceira onda diz-se a respeito da pluralidade feminina. Chamado também de pós feminismo, o movimento tem como objetivo a desconstrução da mulher, onde o conceito de que as mulheres são iguais e passam por opressões iguais se torna arcaico e não mais representa a mulher no mundo contemporâneo, reivindicando então a diversidade dentro do feminismo.

De facto, nos finais dos anos 80 e, sobretudo, nos inícios da década de 90 verifica-se uma nova migração no discurso sobre o Género, de um paradigma de Igualdade – dominante no discurso Feminista desde as suas origens, e particularmente potenciado, como vimos, pela introdução do conceito operativo de Género – para uma ênfase na Diferença, convergente com a tendência geral da Pós-Modernidade para a pulverização dos discursos científicos e sociais e das próprias Identidades. (GOMES, 2011, apud SIQUEIRA, 2015, p. 338)

Era preciso parar e assimilar que as duas primeiras ondas do feminismo foram feitas e disseminadas por mulheres em específico, suffagetes e mulheres inconformadas com suas posições inferiores na sociedade, reduzidas às donas de casa dos anos 1970 e 1980, e por mais que estivessem lutando por toda uma classe havia outras mulheres que não possuíam alguma afinidade com o movimento ou simplesmente não compreendiam tal necessidade. Foi na modernidade que se encontrou a oportunidade dos vários tipos de mulheres se unirem por uma causa, negras, lésbicas, mães solteiras, trabalhadoras do campo, mulheres e seus vários tipos, reconhecidas e firmadas em uma ideologia só.

O conceito de pós-feminismo poderá assim traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo “plural”, que reconhece o factor da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre o outro, sem, contudo pretender fazer tabula rasa das batalhas ganhas, nem retificar ou “fetichizar” o próprio conceito de diferença (MACEDO, 2006).

A Revolução Francesa foi um grande marco para o começo da consolidação dos direitos da mulher. Com a queda de Napoleão Bonaparte e seu regime, as ideias revolucionárias e o iluminismo foram ganhando espaço, e os revolucionários com o intuito de acabar com os privilégios da nobreza e finalmente fazer o país mais populoso da Europa do século XVIII progredir, fora criada uma constituição laica e de direitos iguais: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa constituição pregava a igualdade, fraternidade e liberdade. Porém, esses direitos não foram estendidos às mulheres, que, apesar de terem participado da revolução, homens revolucionários vetaram seus direitos.

Não era, pois de surpreender que a Revolução Francesa ensejasse pouca mudança na situação das mulheres. As mulheres podiam marchar a Versalhes porque suas vozes estridentes exprimiam melhor a fome, emendar casacos, fazer jantares, ser inspiradoras como odaliscas imperiais desmaiando em divas em tecidos transparentes, ser celebradas como deusas gregas no Pantheon, mas não eram cogitadas em papéis políticos responsáveis. (NYE, 2005, p. 22).

Inconformada com tamanha exclusão, Olympia de Gouges apresentou à Assembléia Nacional na França, sua inovadora e corajosa *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*, uma alusão a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, voltada totalmente para a igualdade entre homem e mulher. Em sua declaração, defendia a igualdade entre direitos, inclusive de propriedade. Acerca de se cometer um crime, também deveriam ser punidas perante as leis e com severidade, que as mulheres deveriam pagar impostos e

assim ter seus direitos cívicos e públicos garantidos. Gouges defendia a razão, e chamava para a classe os ares da Revolução. Se não houvesse a união pela classe e não lutassem por isso, jamais poderiam obter êxito. Gouges foi guilhotinada por querer se comparar e se igualar a um homem, sendo considerada desleal à Revolução. Iniciava-se assim a luta pelo sufrágio. Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft foi uma das primeiras intelectuais a dar corpo ao movimento feminista.

Preocupada com a carga nula das mulheres na política e na sociedade, Mary publicou o livro ‘*A vindication of the Rights of Woman*’, que reivindicava os direitos políticos para as mulheres, focando também em sua educação. A autora era contra a tamanha desigualdade que assolava a população feminina de seu tempo. Seu livro foi tão bem recebido que sua popularidade fora alta e sua ideologia passaram a ser usada por grupos mais radicais como as sufragistas e as sufragetes na Inglaterra e nos Estados Unidos, no início do século XX. Ao ter entendimento como cristã em que todos são iguais perante Deus, e que a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, aprovada pela Assembléia Francesa dizia-se que todos eram iguais, porque esta mesma premissa não valia para a mulher? Wollstonecraft era clara e seu objetivo era simples: Toda mulher deveria ser educada igual aos homens, Deveriam ler filosofia, lógica e matemática, suas fragilidades físicas deveriam ser trabalhadas com ginástica, sendo assim superada. Tendo conhecimento e base para pensar, poderiam estar aptas assumindo um papel economicamente e politicamente ativo.

4.2 SUFRÁGIO FEMININO

A consciência cívica feminina foi crescendo ao longo das participações em movimentos importantes. A Revolução Industrial, os movimentos protestantes do século XVII, onde mulheres atuavam junto do Parlamento Inglês com petições que expressavam suas opiniões, dando voz, ainda que tímida, a um grupo que não queria apenas ser tratada como propriedade do homem, mas ser ouvida.

As mulheres deveriam ser dotadas de todos os privilégios políticos, inclusive o voto e o direito de concorrer a cargos públicos. Devia também lhes ser facultada a escolha de uma profissão em vez de casar e a educação necessária para a realização dessa ambição. De acordo com os princípios da teoria democrática, tais reformas levariam finalmente à igualdade. (NYE, 2005, p. 27-28)

A questão do sufrágio feminino sempre foi dar voz à mulher. Não envolvia apenas estar a par de questões jurídicas, legislativas ou executivas, ou o poder da tomada de decisões,

e sim abrir um caminho para que se pudesse haver assuntos legislados referentes às mulheres e que também fosse discutido e debatido por mulheres.

John Stuart Mill foi um economista e filósofo que influenciado por sua esposa Harriet Taylor, escreveu o ensaio *A sujeição das mulheres*. Mill acreditava que a posição da mulher na sociedade era de sujeição, e que essa barreira de desigualdade impedia a sociedade avançar, interferindo assim também na progressão individual de cada ser.

Contesto que alguém conheça, ou possa conhecer a natureza dos dois sexos, uma vez que só houve ocasião de vê-los na sua presente relação um com o outro (...), Aquilo a que hoje se chama a natureza das mulheres é algo de eminentemente artificial – resultado de uma repressão forçada em determinados sentidos e de uma estimulação anômala noutros. (MILL, 2006, p.71-72 apud SILVEIRINHA, 2010, p. 31) (FAZER REFERENCIA)

Mill também reforça que a condição da mulher no casamento é patriarcal e até de escravidão. Em sua visão, as mulheres não são livres dentro do casamento, e também não são livres para não se casarem, pois lhe são negados os direitos de estudar e trabalhar, sendo fadadas ao casamento e a total dependência aos seus maridos. Mill também se preocupava com as relações no âmbito privado, os danos da violência doméstica sobre a mulher, a miséria e as humilhações que viria a passar por causa da família ou até dos filhos, preocupação essa que era compartilhada pelas feministas e até hoje, nos dias atuais se reflete de modo geral. Assim sendo, o autor acreditava que as relações do casamento formadas por parcerias e igualdades transformariam o lar, a família e refletiria assim na sociedade.

(...) Que o princípio que regula as relações sociais entre os dois sexos subordinação legal de um sexo ao outro está em si mesmo errado, constituindo hoje um dos principais obstáculos ao desenvolvimento humano; e justamente por isso, deveria ser substituído por um princípio de perfeita igualdade, que não admitisse qualquer poder ou privilégio de um dos lados, nem a discriminação do outro. (MILL, 1963 p. 31)

Assim, Mill defendia que o voto feminino traria mais justiça e igualdade, se tornando democrático no real sentido da palavra. Mesmo após tantas lutas e movimentos a favor do sufrágio feminino, não houve retorno positivo, a aprovação não fora concedida. Só com o início da Primeira Guerra Mundial, o Parlamento Inglês reconheceu o direito de cidadania da mulher concedendo assim o direito de votar.

4.3 O FEMINISMO NO BRASIL

Como já dito na página 31, o movimento feminista costuma ser dividido em três fases principais, chamadas de ondas feministas. A primeira diz respeito à onda feminista que surgiu no fim do século XIX e fora até meados do século XX, onde a luta era focada nas igualdades e direitos entre homens e mulheres. Essa primeira onda iniciou-se nos Estados Unidos e se estendeu para a América Latina. No Brasil, a onda foi puxada por Nísia Floresta Augusta, considerada precursora do feminismo não só no Brasil como também em toda América Latina. Com o pseudônimo de Dionísia Faria Rocha, a brasileira já ousava e entendia as amarras que seu sexo lhe proporcionava, mesmo assim, rompendo barreiras, lutou pela educação igualitária para as mulheres. Sendo então bastante polêmica e contrária a sociedade a qual estava inserida, Nísia foi responsável pela divulgação do aclamado livro *Vindicationsoftherightsofwomande* Mary Wollstonecraft, porém Nísia não apenas traduziu o texto como adaptou para a realidade da mulher brasileira.

De fato, o livro publicado por Nísia Floresta provocou a reflexão sobre o status social das mulheres, já que defendia a participação feminina em postos de comando. Em uma sociedade patriarcal, escravocrata e recém-saída da condição de colônia, Nísia Floresta foi mulher incomum, atuante e de certa forma ‘desajustada’ se forem levadas em conta as expectativas que a sociedade brasileira tinha em relação às mulheres do seu tempo, afinal, a valorização intelectual do gênero feminino inexistia. (CAMPOI, 2011, p. 199)

Ainda sim Nísia não era militante pelo voto feminino. O sufrágio feminino era uma ideia bastante distante, não só da América Latina, mas como em todo o mundo, mas neste primeiro momento o objetivo era ter a emancipação feminina de forma a ter uma educação, respeito por ser mulher e principalmente direitos.

Após Nísia, surgiram muitas outras mulheres que passaram a reivindicar uma posição digna dentro da sociedade, e uma arma poderosa foi a imprensa. Foram vários periódicos dirigidos e escritos por mulheres, *A Família* de Josefina Álvares de Azevedo, *O sexo feminino* de Francisca da Mota Diniz, *O Escrínio* de Andradina de Oliveira e *O Corimbo* de Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, entre tantos outros, eram voltados para assuntos totalmente do mundo feminino, temas como cozinha, bordados e reivindicações por melhores condições de vidas das brasileiras.

As muitas análises destes periódicos mostram o porquê da reivindicação por uma boa educação para as mulheres: elas queriam um maior aprimoramento da educação para então passarem aos seus filhos. A educação era a única forma de mudanças para uma mulher.

Josefina [em seus escritos de 1889 e 1890] afirma energicamente a necessidade de se preparar a mulher, não para ‘para ornamento de casa’, como até então se fazia, mas para coadjuvante imprescindível no processo de ‘engrandecimento da pátria e por conseqüência da família’, já que a sua missão na sociedade era a de ‘educadora dos futuros cidadãos’, aqueles que terão de dirigir esta grande nação, que maior seria se houvesse mães que soubessem educar os filhos!’ (SOUTO-MAIOR, 2001, p. 51 apud KARAWAJCZYK, 2013, p. 55).

Partindo para o final do século 19, pode-se notar um grande aumento de mulheres recebendo instrução, embora ainda fosse maioria uma população analfabeta. O ensino superior passou a aceitar a classe feminina, exigência dos grupos de emancipação feminina. Mulheres passaram a integrar salas de aula como professoras, repartições públicas como secretárias e estabelecimentos comerciais. Todas essas conquistas não poderiam ser pensadas antes que houvesse a abolição da escravatura e a queda do Império, “[...] a extensão do sufrágio a todos os homens, sem falar-se ainda no sufrágio universal, não se poderia constituir numa questão de debate político no Brasil” (HAHNER, 2003, p.29).

Tais mudanças devem-se também ao positivismo, uma ideologia filosófica que em vez de segregar o mundo e o intelecto feminino, preferia dar voz e significado, onde homens e mulheres eram iguais. Para os positivistas, era de suma importância que a mulher fosse instruída. Mas o lado negativo deste movimento era também o reforço que se dava aos papéis bem definidos na família: o homem como provedor e a mulher como suporte dentro de casa, nas tarefas domésticas e na educação dos filhos.

Com a queda da Monarquia, fez-se necessário uma constituição que pudesse reger e nortear a sociedade sobre os novos tempos: a República. Menos de um mês depois da queda, ela passou a ser redigida. A comissão que ficou responsável por criar o projeto de Constituição passou a ser chamada de *comissão dos cinco*, pois eram eles: Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Antonio Luiz dos Santos Werneck, Américo Brasiliense de Almeida Mello e José Antonio Pedreira de Magalhães Castro. O tempo de elaboração durou cinco meses, e fora baseado em três constituições já existentes: Argentina, Estados Unidos da América do Norte e Suíça. O projeto foi entregue em 30 de maio de 1890.

O Congresso Constituinte passou a debater o projeto da nova *Constituição dos Estados Unidos do Brazil*. Sessões públicas que começavam ao meio dia e com duração de quatro horas e todas as emendas apresentadas só poderiam ter caráter de três ordens, supressivas, aditivas ou de correção e só entrariam em debate se aprovadas por um terço dos membros do Congresso presente. Após grandes reuniões e novas comissões como a dos 21, fora

apresentado um novo projeto de Constituição. Nestes debates a possibilidade de estender o sufrágio ao sexo feminino foi apresentada, seis emendas, que foram todas rejeitadas. As justificativas para tal rejeição se davam inteiramente pela posição na qual a mulher fora imposta na sociedade: o lar. Conceder espaço na política para o sexo feminino significava um rompimento do propósito a qual a mulher pertencia, a fragilização do lar e o abandono de filhos e maridos. Dar o voto para a mulher significaria tirar a

Esfera serena da mãe de família, para vir entrar conosco no lodaçal das cabalas e tricas eleitorais. [...] A mulher deve ser a educadora da família, que tem de suceder-lhe nas virtudes domésticas; dar-lhe o direito de voto é privar o filho da solicitude com que a mãe sobre ele deve velar [...]. (ANNAES, vol. II, 1926, p. 544 apudKARAWEJCZYK, 2013, p. 98-99).

Ainda sobre as emendas rejeitadas, elas não faziam menções a um todo e sim a mulheres que possuíam um diploma com títulos científicos ou de professora, que não fossem casadas, que não estivessem sob poder paternal e que estivessem em posse de seus bens. Era vetada a participação da mulher casada, pois as leis vigentes daquela época consolidavam a mulher como total depende do marido, as solteiras e viúvas também não faziam parte deste grupo, pois não havia poder econômico. Sendo assim, estas emendas se resumiam a um grupo seleto de mulheres que não eram consideradas incapazes economicamente por ter uma renda comprovada.

Já no início do século XX, Leolinda de Figueiredo Daltro, professora e indigenista se reúne a outras mulheres na capital para formar um partido político, o Partido Republicano Feminino (PRF). O objetivo do partido era reviver a questão do sufrágio feminino, e sendo um partido feito e liderado por pessoas excluídas civicamente, a atuação do partido chegava a ser clandestina.

Leolinda era conhecida por sua atuação com grupos indígenas, batalhou pela alfabetização laica deste grupo, sua integração na sociedade sem que houvesse a intervenção da igreja. Leolinda queria batalhar pela causa indígena e para isso tentava um cargo no governo, ela desejava ser catequista leiga ou diretora de índios, mas era o seu sexo que impedia qualquer engajamento ativo na luta, a partir de uma reflexão, notou a inferioridade da mulher na sociedade, e que, para que finalmente pudesse concretizar seus objetivos, resolveu criar um partido político. Partido este que tinha como regra em seu estatuto a exclusividade feminina, era veementemente proibido a participação do sexo masculino. Daltro também usava de influências masculinas para a ascensão de seu partido. Eram figuras políticas e que muitas vezes estava ligada a Daltro por suas esposas. Orsina, por exemplo, era esposa do então

presidente da República Hermes da Fonseca. A esposa do presidente era amiga e presidente de honra do partido, Leolinda tinha muitos interesses na sua vida, mas a partir desses fatos passou a se dedicar cada vez mais em prol da emancipação feminina, sem descuidar dos seus interesses pela educação indígena. (KARAWAJCZYK, 2013, p. 140)

Além da criação do partido, em 1910 ela também criou um jornal, chamado de *A Política*, que possuía variados assuntos, desde a educação indígena, o direito das mulheres ao sufrágio, e até questões de infraestrutura da cidade, obviamente, seu jornal também fora usado para campanhas do Partido.

[...] Promovíamos festas cívicas, comemorávamos as datas nacionais e fazíamos conferências, no sentido de educar politicamente a mulher, dando-lhe uma noção nova de seu valor e fazendo-a ver que dia viria em que ela seria chamada a participar dos negócios públicos. (A Noite, 1984, p.2, apudKARAWAJCZYK, 2013, p. 142)

O Partido Republicano Feminino (PRF) procurava estar presente em todos os eventos que pudessem causar repercussão. Talvez não fosse difícil essa façanha, já que mulher e política não eram permitidas andarem juntas. Procuravam por apoio político de grandes influentes e aceitavam apoiar causas que não iam contra suas ideologias. Em 1914, a imprensa passa a veicular a notícia sobre uma nova ‘agremiação política – o Partido Republicano Feminista’ e Daltro passou a ser associada ao movimento sufragista militante. Os casos dos ataques das sufragistas da Inglaterra as linhas telegráficas, incêndios, quebra de vidraças e ataques a políticos, deixavam os brasileiros assustados e em alerta, pois estas mulheres quebravam a imagem de que o sexo feminino era frágil e feito para o lar, e que esse tipo de exemplo não era de bom tom para as brasileiras.

Preocupados com a imagem do PRF, o partido passou a refutar a imagem associada às sufragistas inglesas, em vão, já que Daltro já era considerada uma Pankhurst brasileira. Pankhurst era uma sufragete inglesa que visitava o Brasil e o partido com frequência e mantinha contato constante com a fundadora do partido, Daltro. Toda essa visibilidade deu ao assunto sufrágio o levante necessário para que voltasse a ser agenda da imprensa e do Parlamento.

O deputado Maurício de Lacerda formalizou uma proposta que foi defendida no Congresso, era uma representação do PRF sobre o funcionalismo público. Contestava-se a reforma da lei eleitoral de 1916 – onde era discutida a forma de alistamento de eleitores. Uma das propostas do deputado incluía as mulheres como eleitoras do país. Era uma hora oportuna, até a imprensa voltava a falar do sufrágio. Com o fim da guerra, vários países haviam

concedido o voto ao sexo feminino, foram muitas matérias publicadas a favor do voto, Iracema, articulista publicou:

A mulher [...] foi libertada pelas guerras e sentada ao lado do homem no trono da terra. As mulheres russas, finlandesas, dinamarquesas, norueguesas, suecas, alemãs e inglesas [...] já partilham ou brevemente partilharão do governo, não só contribuindo com o seu voto para eleição dos legisladores, como podendo ser elas próprias eleitas para o exercício do poder legislativo. (Revista da Semana, 14/12/1918, p. 16).

E a repercussão dessa matéria produziu um efeito devastador. Passou-se a pensar e a ter menos escárnio com relação ao sufrágio feminino. Dentre muitos leitores, uma especial chamou a atenção da articulista: Bertha.

Bertha Lutz, que pertencia à elite intelectual do Brasil, e havia passado temporadas no exterior, elogiou o artigo de Iracema e pôs-se a dar sua opinião, fazia um comparativo entre mulheres de outros países e as do Brasil, culpava os homens pelo estado de inércia em que as mulheres se encontravam, mas não os culpava apenas, Bertha também culpava as próprias mulheres e num relato breve, descreve o papel da mulher em tempos de guerra:

Passei na Inglaterra e na França os dias trágicos que precederam a vitória. O esforço das mulheres foi admirável, foi heróico. Algumas, com o coração despedaçado pela morte de um filho, um esposo, um pai ou um irmão, todas com a alma cheia de ansiedade e horror, com a maior simplicidade tomaram os lugares dos soldados, desempenharam os mais pesados trabalhos dos ausentes. A essas tarefas até agora ignoradas ou julgadas impossíveis para a mulher, ela trouxe uma inteligência viva e uma energia indomável. (Revista da Semana, 29/12/1918, p. 19).

Como o homem precisava ir à guerra, as mulheres os substituíram nas posições que eram exclusivamente masculinas. Como a economia precisava andar e abastecer a guerra, então houve uma lacuna que precisava ser preenchida, e foram as mulheres, despidas de preconceitos, de medo e com total esplendor que ocuparam lugares que eram exclusivos ao homem, motoristas, entregadoras de leite e o trabalho em fábricas de munições. A guerra fez cair por terra todo e qualquer tipo de argumento em que afirmava que a mulher era o sexo frágil e sensível demais a todas as adversidades, um divisor de águas.

Bertha em sua carta diz que as mulheres brasileiras poderiam seguir o mesmo caminho das mulheres que participaram da guerra, que não deveria abaixar a cabeça e que a liberdade nos sorri.

A educação feminina deveria ser encaminhada para lhe dar possibilidade de se igualar intelectualmente aos homens, e também para que “a sua vontade se discipline”. Já para os homens, sugere que a sua educação seja feita no sentido de que ele se acostume “a pensar que mulher não é um brinquedo para o distrair; para que olhando sua esposa, suas irmãs, e lembrando-se de sua mãe, compreenda e se compenetre da dignidade da mulher”. Todavia, para atingir esse estágio de desenvolvimento a mulher deveria se comprometer e se envolver tanto individualmente quanto coletivamente. (KARAWAJCZYK, 2013, p. 157).

A autora termina sua carta propondo união entre as mulheres. Deu como exemplo as sufragetes, que era uma união do sexo feminino em prol de direitos reconhecidos por Constituição. Em 1919, ao chegar de um período na Inglaterra, Lutz passa a colaborar como periódico Rio Jornal na seção Rio-Feminina, onde defendia a emancipação feminina, o sufrágio, além de se dedicar aos seus estudos para o concurso de secretário do Museu Nacional. Lutz entendia que a educação era uma forma de liberdade, que através do saber a mulher poderia alcançar novos lugares na sociedade e até se equiparar a um homem. O papel tradicional da mulher não estava ameaçado, mas estava se adaptando aos novos tempos, junto com as mudanças da República e da guerra, o papel da mulher estava mudando e a sociedade brasileira em si deveria aceitar e abraçar tais mudanças. Para isso, se fazia necessário a união da classe.

[...] uma associação de ‘sufragetes’ para quebrarem vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitadamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir deveres políticos que o futuro não pode deixar de compartilhar com ela. (Revista da Semana, 28/12/1918, p. 19)

Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a FBPF em 1922, que tinha como objetivo a educação e profissionalização das mulheres. Defendeu o sufrágio e o direito de poder ser votada. Assumiu o cargo de deputada federal em 1936 e ficou até 1937 quando o Congresso fora fechado pelo presidente Getúlio Vargas, que iniciou a ditadura do Estado novo. Além de cuidar dos direitos femininos, também participou ativamente de projetos e comissões, dentre eles a *Comissão Preparatória do Anteprojeto da Constituição* e muitas de suas asserções que estão na obra *13 Princípios Básicos de Direito Constitucional* editada pelo FBPF, foram incorporadas a legislação brasileira. Lutou também por causas como a transmissão da lepra e o combate a malária no Distrito Federal. A proteção da natureza e a conservação da flora e da fauna também ocupavam espaço em sua pauta.

Bertha Lutz teve um papel de destaque na luta em prol da emancipação feminina no Brasil, sendo a responsável por articular um grupo para fazer pressão junto ao governo, para aceitar as suas demandas. Ela tinha grande capacidade de articulação, podendo esta ser apreciada na fundação da FBPF e na sua primeira conferência. O grupo formado por ela era composto por mulheres proativas, que tiveram que tomar decisões estratégicas para que sua luta não fosse hostilizada pelos homens que ocupavam cargos de poder, responsáveis por mudar as leis do país. (KARAWEJCZYK, 2018, p. 14)

Embora Lutz e Daltro militassem pelas mesmas razões, a imprensa e a sociedade daquela época as viam de formas diferentes. Bertha com seu discurso educado e polido era vista como uma representante do ‘bom feminismo’, já Daltro com sua militância prática e mais agressiva se dizia ser do ‘mau feminismo’, além de ser ridicularizada.

A imprensa daquela época parecia não acreditar em Daltro, a diminuía e principalmente a apagavam da história, a mesma tentou uma candidatura como intendente municipal e foi execrada. Era muitas vezes descrita como uma mulher louca, de voz grossa que só sabia gritar. A imprensa e a sociedade não estavam preparadas para a autenticidade de Leolinda. Era posta como ridícula e sua causa era diminuída. O feminismo de Daltro foi amplamente divulgado como uma continuação dos atos das inglesas que usavam táticas agressivas

Bertha conseguiu o cargo de secretário no Museu Nacional e seguiu em viagem como representante do governo brasileiro. Ela foi convidada a representar o Brasil como delegada oficial no *Congresso da Organização Internacional do Trabalho (OIT)* junto de Olga Paiva Moura, no *Conselho Feminino Internacional*. Como Lutz defendia a união da classe feminina, ela criou uma associação, chamada de Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIAM), que fora fundada na mesma época em que o senador Chermont apresentou no Senado o projeto de sufrágio para a mulher em 1919.

Inicia os anos 20, onde foi um período conturbado, de mudanças sociais, estruturais e econômicas no país. Em 1922, dentre diversos eventos culturais pode se destacar a Semana de arte moderna, trazendo novos ares para os artistas nacionais e a fundação do Partido Comunista. O descontentamento de brasileiros com governadores também era notório.

Na esfera política, Getúlio Dorneles Vargas começava a chamar a atenção. Foi lançado como candidato a presidência da República com a promessa de uma reforma eleitoral. Com o encerramento das eleições e a apuração dos votos, a vitória foi dada ao candidato Júlio Prestes. Este fato gerou uma grande crise econômica em 1929 e prejudicou o principal produto de exportação, o café. Em 03 de outubro de 1930, Getúlio Vargas sob a chefia de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, iniciou uma armada para derrubar o governo de Washington

Luís e impedir que Prestes assumisse. Em 24 de outubro de 1930, Vargas assume como então Presidente da República provisório.

Ainda durante o mês de setembro, Vargas procurou dissimular seu envolvimento na conspiração, buscando, sobretudo despistar o senador Paim Filho e o general Gil de Almeida, ambos fortemente leais a Washington Luís. Paim Filho foi induzido a transmitir informações tranquilizadoras ao presidente, negando a participação de Vargas na trama revolucionária. Enquanto isso, Vargas entendia-se como general, confidenciando-lhe certos detalhes inconsequentes da revolução. Mas Gil de Almeida percebeu a artimanha: em 15 de setembro alertou o ministro da guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos, sobre as reais intenções de Vargas. Apesar de todas as advertências, Washington Luís não ordenou nenhuma medida preventiva para deter a revolução, sendo surpreendido pelos acontecimentos.

Com Getúlio Vargas como presidente provisório, ele designou uma subcomissão legislativa para estudar e reformular leis e o processo eleitoral. Vargas já tinha a intenção de estender o sufrágio ao sexo feminino. Em 1932, foram asseguradas as mulheres através do Decreto 21.076, de 24/02/1932 o direito ao voto feminino. O artigo 2º dizia: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.” (CAMPOS, [20-?], p. [1]). Apesar do direito de voto, ele não era obrigatório, apenas para funcionárias públicas.

Lideranças femininas também negociaram direitos com o então presidente, para que a mulher trabalhadora pudesse ter a licença maternidade, com a garantia de emprego após a gestação e licença, igualdade de salários entre homens e mulheres para funções iguais, igualdade para acesso à carreira pública sem distinção do sexo e o fim da restrição para mulheres casadas. E não parou por aí. A FBPF tinha o propósito de abrir mais caminhos e vagas para as mulheres trabalharem, unindo-se com a Aliança Nacional de Mulheres (ANM), a FBPF destinou aos deputados relatores um documento em que nele havia sugestões ao texto substitutivo ao anteprojeto, onde grifava a importância do direito do livre acesso à mulher, que estava sendo restringido por práticas de mercado.

Portanto, encerra-se assim a primeira onda do feminismo no mundo e no Brasil. Ao conseguir o objetivo do sufrágio, um ciclo foi encerrado.

A segunda onda do feminismo iniciou-se no início dos anos 60, logo após um grande período de inércia. Causas estudantis na França, protestos contra a guerra no Vietnã e o movimento hippie fomentaram grandes mudanças. No Brasil, Logo no início do Regime Militar em 1964, movimentos de mulheres e populares foram massacrados, na década de 70,

com o regime militar ativo e autoritário, a falsa democracia e a instabilidade vivida, surge à resistência, o feminismo.

A mulher passou a lutar por mudanças, e o tempo até chegar ao regime militar foi intenso. Levantou-se a bandeira dos direitos humanos e a violação do regime contra esses direitos. Numa unificação, mulheres pobres ou operárias passaram a se adaptar a falta de serviços básicos sociais e urbanos, passaram a frequentar sindicatos, dando um novo sentido ao movimento sindical. Mulheres rurais passaram a lutar por seus direitos a terra, direitos esses que eram usurpados por empresas agro; as negras se juntaram ao Movimento Negro Unificado e disseminaram informações antirracistas; lésbicas e gays se uniram contra a homofobia; jovens e estudantes passaram a militar em movimentos estudantis.

E assim a causa feminista da segunda onda passou a ter um objetivo claro: o direito de escolha. Os lugares tradicionais da mulher já não eram suficientes, era de direito que pudessem escolher como queriam viver no âmbito sexual e a escolha ou não do casamento e da maternidade. Ainda sim, eram desmerecidas e oprimidas.

Realmente as mulheres viraram o mundo de cabeça para baixo, reivindicando o status de personagem histórico. Para serem vistas e ouvidas falaram alto, evocando Simone de Beauvoir (1960^a e 1960b) que dizia que a emancipação da mulher não é uma questão de felicidade, mas de liberdade. Liberdade para trocar a paz pela luta, a segurança pelo questionamento. E isto não foi uma tarefa fácil e pacífica, porque, afinal, elas estavam subvertendo a ordem estabelecida (COLLING, 2015, p. 374).

Novos tempos estavam chegando. Por mais que a igreja católica, grande repressora da libertação feminina e as alas conservadoras negassem a mudança, o sentimento de liberdade já exalava. A liberação da mulher veio em forma de uma pequena pílula: o anticoncepcional. Saudada como revolucionária, a pílula transformou mulheres em donas de seus corpos e de suas vontades. Para o conservadorismo, promiscuidade, o fato é que até os dias atuais a igreja católica não aceita e nem recomenda a seus fiéis métodos contraceptivos.

Na ditadura a união feminina lutava contra o conservadorismo, os militares e as organizações de esquerda, que eram, em sua maioria, composta por homens, que achavam a luta pela causa específica um desperdício e inoportuno. Acusavam de divisionismo do movimento. Mesmo assim, a resistência e a disseminação de informação permanecem firmes. Em plena vigência do Ato Institucional – 5, que era o poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou considerados inimigos, Betty Friedan vem ao Brasil para o lançamento de ‘A Mística feminina’. Friedan e outras feministas

escandalizaram todo o mundo por queimarem sutiãs em praça pública simbolizando o fim da escravidão e a liberdade da mulher.

O debate feminista ia se impondo, questionando o relacionamento entre homem e mulher, as discriminações e a violência sofridas pelas mulheres. “Quem ama não mata” foi ouvido em todo o país e virou seriado de televisão, denunciando a impunidade do homem que matava em defesa de sua honra, estimulado pelo Código Civil (COLLING, 2015, p. 374).

O foco da ditadura com relação ao feminismo era desestabilizar as mulheres. A identidade da mulher é reduzida e desconstruída, sua militância se torna um fardo, onde a sociedade julga e condena. O objetivo é que a mulher restabeleça o lugar a qual convém, a dona de casa ao lado do marido. Essa é uma forma de mostrar o poder do patriarcado, da força que os homens possuíam sobre as vontades das mulheres.

Em 1975, a igreja e o movimento de esquerda amenizaram o discurso, pois a ONU instituiu o Ano Internacional da mulher. Neste mesmo ano, é criado o Movimento feminino pela Anistia, que tinha como objetivo de incitar a opinião pública contra os excessos de o governo militar. Com essa certa intervenção da ONU, espaços sociais foram se abrindo para a classe feminina. O que antes era considerado clandestino tornou-se público, movimentos como o Brasil mulher, o Nós mulheres, o Movimento feminista pela Anistia, foram alguns dos movimentos políticos voltados para as mulheres.

Partindo para os anos 80, pode-se ver um cenário mais receptivo e consolidado para as mulheres na política, ainda sim, discutia-se a questão de gênero.

As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas portas vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTI, 2004, p. 42)

Assim, pode-se ver e ter mais noção das opressões sofridas pelo sexo feminino. Com isso, houve uma grande migração de grupos conservadoristas para grupos feministas, tornando-se assim o discurso mais técnico e especializado. Estes grupos se transformaram em ONG's, e buscaram por políticas públicas para se aprofundar. Ainda colhendo os frutos, o crescimento dessas instituições e suas influências, permitiu que fossem desenvolvidas pesquisas acadêmicas sobre a mulher, além de o tema ser muito difundido no meio editorial.

A mulher ganhou espaço nos âmbitos municipal, estadual e federal. Problemas da esfera privada como a violência sofrida pela mulher no lar ou a descriminalização por gênero passou a serem também amplamente discutidas e divulgadas, delegacias próprias foram criadas para tratar do tema. A questão da saúde da mulher também foi muito discutida, entendendo-se que o assunto era de saúde pública e não casos isolados. Todas essas conquistas foram firmadas pela Constituição Federal de 1988, que excluía, finalmente, a tutela masculina sobre a mulher. Tornava-se assim a mulher uma figura política, social e cultural da sociedade.

Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar no legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço da atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira. (SARTI, 2004, p. 36)

5 REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NA ABL PELA PERSPECTIVA DO FEMINISMO

Antes de iniciarmos o presente capítulo, precisamos referendar as discussões sobre o conceito de Memória Social, como um fenômeno que revolucionou a primeira metade do século XX, por meio do pensamento do sociólogo francês Maurice Halbwachs, que não descartava o fenômeno das reminiscências a das lembranças, relacionando essas narrativas aos contextos sociais visando a reconstrução da memória (HALBWACHS, 1990).

Portanto, a análise da problemática do gênero feminino, no início do século XX no Brasil, pode ser compreendida levando em consideração a sociedade que colocava a mulher à sombra, sendo o alicerce de seu esposo, em que suas vontades poderiam ser anuladas e a palavra do homem era a final e inquestionável. Neste capítulo, diante de todo o exposto, é possível refletir sobre as dificuldades femininas na inserção na ABL no olhar do Feminismo.

Na concepção desta mesma sociedade, a mulher era feita para o homem, e este se tornava o seu guardião. Não existia autonomia. Austregésilo (1938) cita em seu livro um trecho da obra de Mantegazza *Fisiologia da mulher*, em que diz: “[...] o publicista italiano conclui que a mulher foi e sempre será menos inteligente que o homem, e o traço geral da sua capacidade intelectual são comparáveis ao infantil.”. Ao longo da história vêm-se firmando a submissão da mulher para com o homem de inúmeras formas, na fase da pedra por ter menos força física e na sociedade civilizada por ser menos inteligente.

Diferentes análises tentam compreender o porquê de a mulher estar registrada como excluída ou estar designada apenas a uma função, a de procriar e cuidar da família. No mundo das letras e da arte, a situação não foi diferente.

Virgínia Wolf (1985) explicita que o problema é antigo. Para compor seu pensamento, ela imagina que Shakespeare tinha uma irmã, Judith, que era tão talentosa quanto o irmão. Shakespeare teve acesso à educação, se mudou para Londres para perseguir seus sonhos no teatro, começou de baixo, foi galgando posições até a oportunidade dentro do teatro. Seu reconhecimento veio tão logo, tornando-se o maior escritor da língua inglesa. Enquanto Judith, sua irmã, foi forçada a noivar e se casar com um pretendente escolhido pelo pai. Indo contra o sistema, Judith abandonou tudo, também se mudou para Londres e foi buscar sua tão sonhada oportunidade no teatro. Judith perecera ao sistema. Não conseguiu qualquer oportunidade, pois a mulher não possuía permissão para trabalhar como atriz. Judith acaba a história grávida e suicidando-se.

A educação sempre foi usada como um viés de salvação. Poucas eram as mulheres que tinham acesso. A atividade intelectual entre o século XIX e XX era baixa. O analfabetismo era imenso e não era combatido, sendo então muito escasso o acesso ao ensino e mais escasso ainda o acesso ao ensino para mulheres. O sexo feminino sempre foi repreendido. Pais de família proibiam leituras e estudo em seus lares para as mulheres de sua família.

A partir dos dados, surge uma grande dúvida: mas porque a mulher passou a ser diminuída? A resposta? A sociedade de classes. Os três maiores e mais importantes períodos, escravagismo, feudalismo e capitalismo, reforçaram a posição inferior da mulher em sociedade, com a dominação masculina evidente, considerado assim uma 'lei natural', o homem é mais forte porque é, enquanto a mulher é mais fraca porque é. Diz-se que a mulher é a parte mais fraca porque pare. E como a ligação com a cria vai muito mais além que só gestar e parir, o homem então foi escolhido como o sexo forte, para que pudesse prover em seu lar e proteger a mulher e sua cria. Mas nem sempre foi assim. Nos primórdios, lá no tempo das pedras, a mulher era tão útil quanto o homem. Não havia um sistema que os fizessem serem maiores que outros, a caça ao alimento, o cuidado com filhos ou com o grupo da qual estavam inseridos, era igual. A necessidade da sobrevivência falava muito mais alto do que a separação por sexo.

A Academia Brasileira de Letras surge de uma necessidade de auto-afirmação. Era a necessidade de se firmar o papel do homem nas letras na sociedade brasileira, um espaço onde pudesse comportar a legitimação da tradição brasileira no sentido cultural, lingüístico e literário nacional e a afirmação perante uma sociedade de que a Academia e seus

representantes eram de uma elegância e civilidade ímpar, sendo assim necessária para a evolução do campo literário no país.

Enquanto isso, as mulheres eram excluídas do círculo literário. Havia poucas mulheres alfabetizadas e que escreviam, eram cartas e algumas até mais que isso, mas não publicavam, e quando faziam isso, algo raro, muitas usavam pseudônimos masculinos. Outras eram obrigadas a usarem o nome do marido, caso de Vivien Haigh Eliot, que era esposa de T. S. Eliot, que ao publicar seus poemas com o nome de seu esposo, foi roubada pelo mesmo e internada num manicômio até o fim de sua vida, em 1947. A emancipação também era uma opção para aquelas que desejavam escrever, mas como se emancipar se a mulher não poderá trabalhar?

Ainda resistindo, muitas se tornaram escritoras. Infelizmente, muitas delas foram esquecidas no tempo, quase apagadas da cena literária. Em seu livro *Dicionário crítico de escritoras (2002)* Nelly Novaes Coelho tenta resgatar estas mulheres. Percorre um caminho até o passado, volta em 1771 até chegar em 2011. Foi preciso resgatar todas essas escritoras, quase apagadas da história. Muita delas não se vê nas escolas, não se fala em prosa. Não foi preciso fazer um dicionário com os escritores homens. Seus nomes permaneceram na história, passado de geração para geração, reconhecido com glória, importantes para a literatura, de modo geral.

Júlia Lopes sabia que era agraciada. Recebeu uma educação, tinha incentivo e apoio para percorrer o caminho da literatura. Seu pai, Valentim Lopes, a inseriu no circuito literário da época. Uniu dois caminhos ao qual gostava de percorrer: a literatura e o jornalismo. Fazia questão de ser muitas em uma, uma mãe dedicada, uma esposa fiel, uma escritora completa. Júlia desempenhava todos esses papéis com maestria e conjugadamente. Foi considerada também a escritora mais publicada na Primeira República. Júlia era a inspiração de outras mulheres que queriam entrar no caminho das letras.

Lopes vinha de uma família tradicional, casara e tivera filhos, e ainda via na sociedade a qual era inserida a diferenciação entre os sexos, a mulher era restrita ao âmbito doméstico, enquanto o homem provinha de mais liberdade e estava em primeiro lugar. Mas as transformações histórico-sociais já estavam acontecendo e ela era testemunha disso, a transição do Império para República foi um exemplo claro.

Não há como negar, Júlia Lopes militava por uma melhor condição social e política da mulher em seus livros. Mesmo que singelamente, todos os seus livros se referiam a um tipo de ‘martírio’ da qual a mulher era submetida. Seja no casamento, com a expectativa de que o matrimônio era a maior realização de uma mulher, o que ela bem contrasta em seus escritos

como o *Livro das noivas*, onde a personagem sente as angústias e os medos por depender financeiramente de um homem, mostra em como a mulher que o leu poderia sentir-se na pele da personagem. É a pequenina semente que fora posta ali para germinar, para fazer compreender o quanto de senhoras talvez passassem pela mesma situação humilhante e de quanto a mulher por si só já era forte, sem ser a sombra de homem algum.

Cada vez que peço dinheiro ao meu marido e que ele acompanha o gesto de o tirar da algibeira com estas palavrinhas: - Oh, já acabaste com todo o dinheiro que te dei ontem?! – Sinto um calafrio subir-me dos calcanhares a nuca.

Devo corar, porque ele modifica logo o tom em que o espanto envolve uma censura e sorri magnânimo, pondo-me nos dedos trêmulos as notas requisitadas, como se m'as desse para comprar balas e bonecas! E o dinheiro, afinal, não é para mim, é para nós; é para ele, mais exigente que eu nos regalos da mesa e do conforto. De humilhada que me sinto, parece-me que então me contentaria com o mais humilde cantinho da terra e que despida de todos os luxos, roendo ervas cruas como os cabritos, eu me sentiria mais gloriosa, por mais independente, do que nesta contingência de pedir, de precisar... [...] Ele tira o dinheiro do bolso com ar soberano, e eu estendo a mão, como uma mendiga (ALMEIDA, 1922, p. 21-22 apud FANINI, 2009, p. 139).

Apesar de o fragmento apresentar certa ousadia para a época, a autora mantinha de certa ponderação. Ela ainda era uma dama respeitada pela sociedade e apesar de seus textos carregarem tamanha insatisfação pelas desigualdades entre os sexos, não os expunha a ponto de ser uma questão a ser debatida. Seus escritos eram feministas e críticos, mas muitas das vezes eram camuflada ao característico lar burguês, do qual a autora era inserida.

Se Júlia Lopes era uma escritora de sucesso e renomada em seu tempo, e a ABL tinha como um de seus objetivos a valorização da literatura nacional, então porque a imortalidade lhe fora negada?

De toda forma, considerações como as aventadas por Veríssimo e Austregésilo renderam a Júlia Lopes uma posição privilegiada no campo literário, chegando o primeiro até mesmo a inscrevê-la, como sucessora, no rol formado por escritores como Taunay, Aloísio de Azevedo, Machado de Assis, firmando-se ao lado de Coelho Neto como referência literária [...] (FANINI, 2009, p. 149)

Como dito (no capítulo de Júlia Lopes), a residência dos Almeida serviu como ponto de encontro para as diversas reuniões que discutiam sobre a criação da Academia. De fato, os Almeida estavam empenhados na missão de erguer uma Academia no Brasil. Finalmente a Academia Brasileira de Letras foi fundada oficialmente em 1897, mas Júlia não estava entre os membros oficiais, apenas seu marido, Filinto. Sendo que na primeira lista oficial divulgada

por Mendonça e publicada em sua coluna no jornal *O Estado de São Paulo*, era Júlia Lopes que aparecia na listagem oficial e não seu marido. Deduz-se então que Júlia Lopes contribuiu substancialmente para que a ideia de uma academia se concretizasse, e seu sexo naquele momento não era impedimento algum. Talvez sua visão única das coisas e sua perspicácia de ser mãe, mulher e escritora, fora aproveitada e usada, mas na hora de ser reconhecida, fora apenas descartada.

A justificativa da ABL para tal negativa se dava pelo fato da Academia Francesa que fora usada como molde para a criação da brasileira, nunca, até então ter admitido uma mulher. Uma justificativa rasa, se comparado a grandiosidade da autora. A forma egoísta em que os ‘homens das letras’ tratou Júlia Lopes, foi muito criticada. Se por um lado havia o objetivo de enaltecer a literatura nacional, da qual Lopes era aclamada, por outro lado os homens continuavam a por em xeque a intelectualidade de uma mulher apenas por ter um sexo diferente. A justificativa nacionalista se tornava pífia, pois, o cânone literário queria enaltecer a cultura do Brasil, mas não tinha ou não queria ter autonomia pra reger as próprias regras de acordo com a realidade do país. Tendo como resultado a exclusão de uma autora renomada, da qual a crítica aclamava e um silêncio ensurdecedor e desolador a respeito de Júlia. “Ainda que reconhecida prosadora, Júlia Lopes não assistiu à concretização dessa possibilidade de ingresso, fato este que se deve segundo Lúcio Mendonça, a uma ‘mentalidade machista e medíocre’, i.e., às constrictões sociais inscritas nas prerrogativas de gênero”. (FANINI, 2009).

Como o homem e a mulher quando casados se tornava um só, os fundadores da ABL resolveram dar a vaga da qual era de Júlia Lopes o seu marido, Filinto de Almeida, o que deveria ser compreendido como um gesto gentil e amável, da qual a mulher deveria alegrar-se pelo grande feito de seu marido. É necessário destacar que Filinto de Almeida era de nacionalidade portuguesa, ele passou por um triz nos regimentos recém formados da ABL. Era limitado o ingresso a ABL apenas aos brasileiros, porém, Filinto de Almeida obteve a naturalização brasileira quando não manifestou seu interesse em permanecer com a sua nacionalidade estrangeira. Fato este que passou despercebido se comparado ao estardalhaço que causou a possibilidade de ingresso de uma mulher no panteão.

Vale arriscar que a entrada de Filinto de Almeida tenha soado como uma estratégia restituidora e compensatória, ‘um cordial acordo’ capaz de oferecer ao ‘casal de artistas’ uma ‘satisfação pública’. Em outros termos, diante da desaprovação da presença feminina, a melhor saída foi transformar o ingresso de Filinto em uma homenagem à Júlia Lopes. (FANINI, 2009)

Não é surpresa a misoginia da qual Júlia Lopes se viu obrigada a passar por causa da decisão dos imortais. Essa era a condição para a mulher que estava à frente de seu tempo. Mesmo havendo uma transformação notória, como a instituição da primeira República, os costumes ainda demorariam a serem substituídos. A mulher permanecia como símbolo da família e dos bons costumes, enquanto que para o homem, restava a liberdade de desbravar suas vontades e conquistar o melhor para si.

Também não é surpresa o silêncio da autora sobre o assunto. Nunca houve qualquer manifestação por parte de Júlia Lopes sobre a exclusão do seu nome para a Academia. Tal como vemos, Júlia era uma militante do que hoje chamamos de feminismo, mas sua militância estava mais ligada à educação para as mulheres do que direitos igualitários em si. Esse feminismo mais comedido talvez se deva ao fato de ser considerada muitas em uma pessoa só; Júlia não era só uma escritora, mas era também mãe e esposa. E querer talvez apenas para si tal honraria fosse um limite da qual não estaria disposta a romper, desestabilizar algum lado seu, poderia ser a ruína de uma escritora aclamada. Dado aos fatos parece que a autora aceitou bem o seu marido em seu lugar. Talvez tenha se sentida realmente representada pelo mesmo, ou apenas compreendeu que o costume de por a mulher por trás do seu marido era mais forte e permaneceria assim enquanto não houvesse uma mudança significativa em como a mulher era vista dentro de uma sociedade. Após o seu falecimento, Filinto de Almeida solicitou à ABL a criação do prêmio Júlia Lopes de Almeida, que premiaria prosas de autoria feminina, sendo criado em 1952, não chegando ao fim da década de 60. Mais uma vez, a ABL não deu a devida atenção que Júlia Lopes merecia. Júlia Lopes nunca foi reconhecida como membro fundador da Academia.

Passaram-se trinta e três anos até que o assunto sobre a elegibilidade feminina dentro da ABL fosse discutido novamente. Segundo o Estatuto da Academia são 40 membros efetivos e perpétuos, dos quais 25 residentes no Rio de Janeiro e 20 membros estrangeiros. Em 1911 o nome de Carolina Michaelis fora cogitado para assumir a cadeira de Léon Tolstói (1828-1910), escritor russo que ocupava a cadeira 17. Junto da autora também veio o nome do escritor francês Anatole France.

A cogitação de um nome feminino obviamente gerou incomodo entre os imortais. Na sessão do dia nove de setembro de 1911 o assunto tomou conta. Se antes a problemática do sexo era tratada de forma mais velada, nesta reunião foi explícito que o problema era a questão de ser mulher.

Em vista desta indicação, a tônica da sessão do dia nove de setembro de 1911 não podia deixar de recair, senão, sobre o debate acerca da

elegibilidade feminina, mais especificamente, “sobre a inconveniência das mulheres nas sociedades masculinas, sobre a assimilação das mulheres aos eclesiásticos quanto ao uso do uniforme acadêmico”. Ao tomar a palavra, o acadêmico Afonso Celso defende que a possibilidade de ingresso da filóloga não deveria ser tratada como uma “questão isolada”, e sim derivar de uma solução mais abrangente, que dissesse respeito à “questão do sexo”. (FANINI, 2009)

Neste fragmento fica claro o real motivo para que a candidatura de Carolina Michaelis fosse impugnada. Novamente a ABL levantava um muro e impedia a entrada de uma mulher. Mas para que não houvesse um maior desgaste da imagem da Academia, os imortais procuraram outro motivo que parecesse mais plausível para a rejeição da candidatura. Segundo no artigo 32 parágrafo 5º do Regimento Interno da ABL, “dos 20 lugares de membros correspondentes, metade será destinada a escritores e sábios portugueses, preferidos os que tenham se interessado pelo Brasil”.

Segundo FANINI (2009), no ano de 1910, dez novos sócios haviam sido eleitos, e metade possuía nacionalidade portuguesa, sendo assim, as vagas para aquele país já estavam ocupadas. Mas Michaelis havia nascido na Alemanha e se mudado para Portugal. Isso não foi impedimento para o veto da Academia. Michaelis foi descartada com a desculpa de que sua ‘nacionalidade’ na Academia já estava toda ocupada. Martin Brussot foi o escolhido para ocupar a vaga de Tolstoi.

É interessante destacar que havia autores dentro da ABL que simpatizavam com a causa feminina e não se opuseram a entrada de uma mulher no cânone literário: Salvador de Mendonça, Carlos Magalhães de Azeredo e Austregésilo eram exemplos claros de homens que eram favoráveis a causa da mulher num todo, não só dentro da Academia. Por mais que suas ideias sobre escritoras femininas fossem um tanto retrógradas, de que a mulher era um tipo de equilíbrio para os homens e que suas delicadezas trariam mais leveza ao ambiente totalmente masculino, ou que o zelo e a paciência de uma mulher seria de valor ao homem, o que se pode considerar no mínimo desnecessária, pois, a intelectualidade e a competência dessas mulheres deveriam falar muito mais alto do que o padrão que se exigia da qual a mulher estivesse inserida.

O fato é que por mais que a Academia Brasileira de Letras estivesse tentando deixar de lado o assunto, mais o assunto se aproximava deles. Como um assunto inacabado, que por vezes volta à tona sem ninguém querer, assim era o assunto sobre a elegibilidade feminina. E foi Amélia Beviláqua a grande responsável por tirar novamente este assunto do purgatório. A mesma encaminhou oficialmente sua proposta de candidatura ao então presidente, Aloísio de Castro, que comunicou os acadêmicos na sessão do dia 29 de maio de 1930. Seguiu-se novamente de infinitas reuniões de caráter extraordinário e um grande alvoroço. Mesmo com

a recusa e a desculpa que o Regimento Interno se referia a brasileiros homens, Amélia não se calou: publicou a obra *Amélia Beviláqua e a Academia Brasileira de Letras: documentos histórico-literários*, para que sua história não fosse varrida para debaixo do tapete, como a ABL vinha fazendo com outras escritoras. O silêncio da ABL fora finalmente quebrado: a rejeição de Amélia ecoou, fortalecendo o movimento feminista nos anos seguintes.

Através de O Malho — semanário humorístico, artístico e literário — as mulheres buscaram chamar a atenção da opinião pública sobre a falta de representação feminina em espaços de poder e consagração literária, como a Academia. A revista havia criado um “plebiscito” para escolher os cinco nomes dentre as mulheres mais destacadas das letras no Brasil que merecessem receber a “consagração da imortalidade”. Entre os nomes mais votados, estavam os de Anna Amelia, Gilka Machado, Maria Eugenia Celso, Iveta Ribeiro, Julia Galeno, Laurita Lacerda Dias, Adalzira Bittencourt, Leonor Posada e Tétra de Teffé. Todas, em maior ou menor grau, foram excluídas da história literária brasileira. (GRECCO, 2018, p.176).

Uma mulher forte, decidida e que encontrou em seu esposo um companheiro para a vida. Assim era Amélia. Dona de casa desleixada permitia que seus animais tivessem livre acesso a casa e onde mais quisessem e era considerada para os padrões da época pouco vaidosa. O seu trabalho como escritora era modernizador, suas ideias contestavam tudo e a todos e era visionária. No entanto, Amélia era considerada excêntrica e até louca, fatos estes que remetem a condição feminina nas primeiras décadas do século XX.

Amélia de Freitas Beviláqua é lembrada, ainda hoje, por pessoas já de certa idade que, com ela conviveram no Rio de Janeiro nas décadas de trinta e quarenta do século XX por apresentar atitudes ‘modernistas’ de vanguarda, consideradas até um tanto ou quanto amalucadas. Lembrada como dona de casa excêntrica, onde os animais domésticos disputavam espaços nos sofás e poltronas, onde a banheira servia como ninho para galinhas em choco e onde os pombos e galos voavam por sobre as cabeças dos visitantes; ou como desalinhada e de mau aspecto sob o ponto de vista físico; lembrada ainda como de comportamento avançado sob o ponto de vista moral; muitos esquecem o valor literário que Amélia possuiu. (FALCI, s.d., p.3 apud SILVA, 2014, p. 141).

A misoginia dentro da Academia perpetuou-se e chegou a Amélia. A recusa para sua candidatura se dava por conta do estatuto, em que a palavra *brasileiros*, segundo a interpretação dos imortais se referia apenas aos homens. Laudelino Freire contestou a interpretação dos imortais para com os estatutos e trouxe na sessão do dia 24 de Julho de 1930 dois pareceres jurídicos, um de Spencer Vampré, que era professor da faculdade de direito de São Paulo e o outro do próprio acadêmico Clóvis Beviláqua, marido de Amélia, ambos

assegurando que a palavra *brasileiros* no estatuto da Academia também se referia as mulheres. Contestando assim a validade da decisão de recusar Amélia apenas por causa de um erro de interpretação de uma palavra nos estatutos. O próprio Código Civil Brasileiro declara no artigo 69 que “São cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil”. Freire ainda complementa:

A interpretação em contrário, dada aos estatutos da Academia, era “repelida pelos preceitos elementares da hermenêutica e pela mentalidade contemporânea, que não considera a inteligência da mulher, no poder criador e no brilho, inferior a do homem, e lhe abre espaço a todas as nobres conquistas do espírito, com alto proveito para a civilização”. (QUEIROZ, 1981, p. 39).

]

Não adiantou. A iniciativa de Laudelino Freire serviu apenas para explicitar de vez o quanto os membros da Academia Brasileira de Letras achavam um absurdo uma mulher se candidatar a uma vaga de imortal, e o quanto era o desprezo pela intelectualidade dessas mulheres. Constâncio Alves, defensor dos bons costumes, sacramentou a questão de vez e disse tudo o que a maioria dos imortais pensava e concordavam:

A restrição que os estatutos estabelecem para a escolha dos membros desta Academia maravilha, segundo dizem, a muitas pessoas, principalmente nos que comparam a marcha vertiginosa do feminismo e a nossa imobilidade de frades-de-pedra. Não nos atemorize o sobrececho com que nos olha o modernismo. Não nos leve a mudara censura dos que vêm em nós a singularidade de um penhasco teimoso, resistindo à fluência vivaz da vida corrente. Não somos exceção escandalosa. Não estamos sozinhos, mas na boa companhia de outros rochedos pertinazes. A Academia Francesa por exemplo. (QUEIROZ, 1981, p. 40)

Nota-se por esse fragmento a união do homem e a preocupação de continuarem ocupando um lugar de privilégios frente à mulher. É notória também a união dos mesmos frente a novos costumes e mudanças.

Trata-se também de um silêncio incomodo por parte da Academia. Amélia publicou o livro *A Academia Brasileira de Letras e Amélia Beviláqua*, que nada mais era que um compilado de notícias e artigos que falaram do assunto na época. E se não fosse tais publicações, talvez o fato caísse no esquecimento, pois, algo que não é documentado ou não é preservado, como uma notícia ou um livro, se perde nas linhas do tempo. Por parte da Academia há poucos documentos relatados sobre estes fatos, quando mulheres quiseram ser imortais. Se não fosse a imprensa da época não se saberia como se sucedeu o fato de Júlia Lopes ter sido excluída da lista de membros fundadores da ABL, pois a autora diante de toda

polêmica resolveu se calar. Nunca houve nenhuma declaração de Júlia Lopes a respeito do assunto. Talvez a intenção de Amélia ao publicar o livro fosse de reparação. Beviláqua se expôs perante uma sociedade misógina e retrógrada, fora julgada e condenada sem possibilidade de defesa e de alguma forma era preciso fazer a diferença. E assim fez. Amélia desejava que outras mulheres não passassem pela mesma injustiça que ela se viu obrigada a passar.

Tendo a Academia Brasileira de Letras recusada a minha inscrição, como candidata a vaga de Alfredo Pujó, provocou revolta natural na mentalidade brasileira contemporânea, que se traduziu em escritos de grandes vibrações notável elegância de frases, e em outras manifestações mais íntimas, igualmente expressivas de simpatia pela minha causa, principalmente pelo pensamento a que ela, dignamente, deu expressão (...) Grande número de pessoas em cartas formosíssimas, de viva-voz, por telegramas, ou enviando lindos ramalhetes de flores, livros, artigos, me trouxeram, o grato conforto, consideração e solidariedade, repelindo, vivamente, o golpe desferido contra mim pelos imortais misogenistas, direi mais acertado, que antipatizaram com a lembrança da minha candidatura e, violentamente, me afastaram de seu grêmio (BEVILÁQUA, 1930, p. 5-6 apud FANINI, 2009).

Amélia conclui, em seu livro, que a posição da ABL já era esperada. A posição de negar todos os feitos de autoras apenas pelo sexo rendeu críticas tensas sobre a Academia, pondo em questão até o real objetivo para qual fora criada: a representatividade da cultura literária nacional. Tornando-se assim um desserviço não só ao país, mas interferindo diretamente na luta das mulheres em finalmente se libertarem das amarras retrógradas aos quais ainda estavam presas. Amélia Beviláqua não encontrou as portas da imortalidade da ABL abertas, mas foi convidada para integrar na Academia Piauiense de Letras, sendo homenageada também pela casa de Juvenal Galeno em Fortaleza, recebendo o título de patrona da cadeira 48 da ala feminina.

A imprecisão do feminino', como lugar-comum literário em que a misoginia se tingiu de sarcasmo e adquire tons burlescos e satíricos, nasce e consolida-se na lírica grega. Na obra de Hesíodo, que inicia a tradição misógina na literatura grega, as mulheres perdem o seu antigo prestígio. O poeta encara a mulher como uma espécie à parte, a 'raça das mulheres', que não nasce da terra. Na sua obra, as mulheres provocam a hostilidade pela sua alteridade e pela atração que exercem; são odiadas por serem seres socialmente improdutivos, embora imprescindíveis para dar descendência aos varões, e temidas porque dotadas de encantos irresistíveis" (ALBORCH, 2004).

Em 1970, transcorrido alguns anos após o veto a Amélia Beviláqua, ressurgiu no panteão o assunto da elegibilidade feminina através da solicitação de candidatura da escritora Dinah Silveira de Queiroz.

Na sessão de 2 de julho de 1970, comandada pelo então presidente Austregésilo de Athayde, Osvaldo Orico reacende o debate da modificação dos estatutos, proposta originalmente em 1951, a fim de extrair de vez a sentença que impedia a elegibilidade feminina. Não houve discussões. A temática fora tratada pelos imortais como corriqueira e o presidente Austregésilo recorre mais uma vez ao Art. 17 do Regimento de 1964 para vetar mais uma vez uma candidatura feminina.

Tal prestígio da autora, que era casada com um diplomata e possuía artifícios sociais que lhe eram favoráveis, não foi o suficiente para a barreira misógina que se encontrava na Academia Brasileira de Letras. Dinah e seu prestígio não foram páreo para o tão temido Art. 17 do Regimento. Apesar de ter sido premiada pela Agremiação por duas vezes, fora errôneo e até inocente pensar que seus prêmios eram uma forma da Academia flertar com Dinah.

Tal rejeição causou um rebuliço. A escritora se empenhou durante sete anos para que houvesse finalmente a elegibilidade feminina. Se por um lado Dinah Silveira lutou arduamente para que finalmente o caminho estivesse livre, do outro, Rachel de Queiroz era a escolhida para finalmente se tornar uma imortal.

Os mesmos que recusaram Dinah Silveira foram os mesmos que fomentaram as discussões para que o estatuto fosse alterado e assim, abrindo caminho para que Rachel de Queiroz lançasse sua candidatura. Rachel era grande amiga de muitos dos imortais, e talvez seja este fato que tenha aberto as portas do panteão para a escritora. Viana Moog sugeriu uma exceção da Academia, que já havia feito uma única exceção a Getúlio Vargas. Seu relato é em favor de Rachel de Queiroz, justificando sua entrada, pois “a companhia dela é isso que se vê, cria esse ambiente de alegria e festa. (RABL, 1970, p. 82 apud FANINI, 2009).” Ainda que Rachel de Queiroz fosse mulher e isso era visto como uma clara desvantagem, a amizade dela com os imortais pareciam falar mais alto, a ponto de se darem ao trabalho de finalmente alterar os estatutos para que então fosse feita a exceção.

Ainda assim, os vínculos sociais que a escritora estabeleceu com alguns acadêmicos como que obnubilaram tal handicap, e o transformaram em benefício, privilégio, exceção. A carta de agradecimento que a escritora dirige ao Presidente da ABL, Austregésilo de Athayde, em virtude da homenagem que a agremiação lhe prestara, dá mostras dos frutos que adviriam de sua proximidade com os acadêmicos. (FANINI, 2009).

Nota-se diante dos fatos uma preferência pela pessoa que a autora era e pela amizade que mantinha para com os imortais, porém, apesar de Rachel de Queiroz ser autora de grande renome e ter publicado obras de sucesso absoluto como *O quinze*, sua trajetória como escritora ou jornalista não estava em evidência e sim suas relações de amizade com alguns escritores do panteão. A condição de Rachel de Queiroz entrar na Academia Brasileira de Letras não era vista por seus méritos e o grande valor que suas publicações tinham para a literatura nacional, mas sim por suas relações interpessoais com alguns dos imortais. Curioso também é o fato que Rachel de Queiroz nunca havia manifestado interesse em se candidatar a uma cadeira na Academia, o interesse surgiu a partir do momento em que seu círculo de amizade era composto por muitos escritores, e muitos deles estavam de alguma forma vinculada a ABL, ficando assim muitas das vezes excluída de alguns encontros por serem exclusivamente da Agremiação. Assim, Rachel de Queiroz passou da posição de uma escritora desinteressada pela agremiação, para seu total envolvimento nas candidaturas de Adonias Filho e Otávio de Faria, angariando votos. Ambos tiveram êxito em sua empreitada.

Não há confirmação por parte da autora ou por parte dos autores, mas, seria uma troca de favores? Enquanto Rachel de Queiroz usava de sua influência e se pondo a favor dos autores para que fossem escolhidos pela agremiação, ao entrarem, os autores assumiram pra si a responsabilidade de levar adiante a batalha pela alteração do regimento, enquanto alimentava em Rachel o desejo de se tornar a primeira imortal feminina.

Essa influência direta na escolha do ingresso da primeira mulher e a mobilização para que fosse Rachel de Queiroz, torna-se injusto para as outras escritoras que também percorreram o mesmo caminho da candidatura. Com a diferença, é claro, de que Rachel de Queiroz possuía relações sociais com alguns membros da Academia, influenciando assim diretamente em sua candidatura, tornando-se basicamente certo o seu ingresso. Amélia Beviláqua e Dinah da Silveira possuíam apenas o prestígio por serem ótimas escritoras (Amélia nem tanto segundo os imortais, pois, era considerada excêntrica para a sociedade de sua época), mas não fortes o suficiente para que houvesse uma grande mobilização para a alteração do Regimento, afinal, quem mais poderia mudar os estatutos se não os próprios imortais?

Portanto, o ingresso de Rachel de Queiroz não aconteceu de forma despreziosa ou ao acaso, todo o caminho percorrido para se chegar à eleição da primeira mulher dentro da Academia Brasileira de Letras fora extremamente pensadas e articuladas para que fosse Rachel de Queiroz a entrar. Para isso se fazia necessário a mudança do Regimento Interno e em duas sessões ocorridas em 1976 à proposta feita por Osvaldo Orico foi resgatada, que

recomendava a supressão do termo “do sexo masculino”, que havia sido incorporado ao Regimento Interno em 1951 por causa da candidatura de Amélia Beviláqua, acrescentando também uma terminologia específica, feita por Hermes Lima que mudava a terminologia de “emenda restritiva” para “emenda aditiva”, acabando por vez com quaisquer dúvidas ou interpretações errôneas acrescentando a palavra “mulheres”. O então presidente Austregésilo Athayde submete à solicitação a votação, tendo a maioria de votos a favor. Era oficial: em 1976 a candidatura de uma mulher para a Academia Brasileira de Letras havia sido aprovada.

Finalmente, a mulher chegava ao panteão. E até os dias atuais, ter uma mulher na ABL continua sendo uma novidade, pois são apenas 8 desde o ano que se permitiu a sua entrada. Embora seja finalmente a quebra de um tabu de 80 anos, a elegibilidade de Rachel de Queiroz não remete tanto a uma vitória do feminismo. Isso porque, com os fatos citados acima, parece ter havido certa conveniência. Ao que parecem, os imortais concederam a Rachel de Queiroz algo que fosse conveniente e pertinente aos interesses da Academia, e talvez, por já possuírem uma relação social fora da ABL, já que Queiroz era ligada ao governo, sendo prima do Presidente da República a época.

Ainda que tentadoras e aparentemente convincentes, especialmente porque formuladas como uma espécie de parecer acerca das férteis conquistas obtidas pelas lutas feministas na década de 1970, estas não são as melhores explicações para o episódio, e o próprio discurso de posse de Rachel de Queiroz nos possibilita alicerçar o argumento que sustentamos. Como é de praxe, o acadêmico eleito profere, no dia de sua posse, um discurso em que lança luz sobre a “linhagem literária” da Cadeira que passará a ocupar, procedendo a um balanço acerca da trajetória social de seus antecessores (...) Sem sacrifício dos protocolos, era imaginado que o discurso da escritora estivesse crivado por referências diretas, ou pelo menos mencionasse a aprovação da elegibilidade feminina, a importância histórica de seu ingresso, enfim, o fato, em nada desprezível – que ocupava a primeira página de todos os jornais brasileiros –, de ser ela a primeira mulher a experimentar a “sagração acadêmica”, em uma agremiação até então expressamente masculina (pra não dizer misógina). Contudo, o discurso passa ao largo desta questão, e por isso é frustrante. A escritora parece flunar diante do assunto, que chega a adquirir o contorno de algo prescindível. (FANINI, 2009)

Havia então uma Rachel de Queiroz contraditória. Enquanto não se considerava feminista, suas personagens se mostravam o oposto disto, enquanto dizia que seus feitos não eram para uma classe ou causa, mas apenas pra si, suas conquistas impulsionaram o movimento feminista a continuar lutando por mais igualdade de direito. Rachel, que foi a única mulher a conquistar uma cadeira de membro no Conselho Federal de Cultura (CFC), desde a sua criação até 1975, e que é a primeira mulher eleita na ABL, se distanciava da causa

feminista enquanto seus feitos cresciam, suas ideias eram iguais ao do movimento e suas atitudes não correspondiam aos de uma feminista. Sua luta por igualdade e a associação ao Partido Comunista, demonstram uma mulher visionária, e até mesmo quando o Partido pediu que ela refizesse o trecho de um livro seu, pois, não refletia uma boa imagem do que era a ideologia do partido, Rachel não pensou duas vezes: Além de não acatar tal ordem, desligou-se do Partido. Ao mesmo tempo em que Rachel foi favorável ao golpe militar de 1964, quando a ditadura em seu auge consolidou o AI-5, a mesma se afastou completamente. Queiroz parecia se divertir em suas passagens pela polícia e exaltava seu status de “moça de boa família”. Na entrevista para o programa Roda Viva na Tv Cultura ela cita com naturalidade o apelido que sua família tinha na chamada “ditadura tradicional dos Acióli”: Doutores de Quixadá, evidenciando a influência de sua família no Ceará, ajudando inclusive a trazer jagunços de trem para depor Franco Rabelo (QUEIROZ apud NERY, 2002, p. 37).

Assim pode-se concluir que Rachel de Queiroz dividia-se entre o tradicional, muitos vindos de sua família e o novo, onde suas personagens viviam livres de estigmas, onde há a evolução da mulher não só no âmbito doméstico, como também no profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Cunha (2005, p. 5), “o silêncio não é a ausência de sentido. Afinal, há silêncios que expressam e que são, muitas vezes, eloquentes; há silêncios “que dizem mais, ou melhor, do que palavras.”. Pode se compreender a partir do silêncio da Academia Brasileira de Letras com relação a todas as escritoras mencionadas, a sua postura dura e misógina.

Evidencia por parte dos acadêmicos o total desprezo ou desmerecimento da jornada de vida de cada autora, seus feitos, suas glórias, seu trabalho. Escritoras estas reconhecidas em sua área de atuação, mas não se encaixavam no perfil intelectual da qual os imortais achavam estar.

Pode-se notar um total descrédito por parte da sociedade ao se referir a uma mulher, que era tida como um ser inferior e que não possuíam capacidade suficiente para se manter sem a presença de um homem. As que não estavam nesse padrão eram consideradas excepcionais, sendo comparadas a homens, pois, uma mulher não poderia ser mais inteligente ou igual a um homem, ela deveria ser sempre menos e quando não, com certeza havia por trás dela uma figura masculina.

O longo período de ausência do sexo feminino na Academia Brasileira de Letras sustentou-se através de manobras e atitudes, além de misóginas, arbitrárias. O fato também da Academia ter produzido pouca documentação que demonstrasse os fatos acerca das autoras apresentadas demonstra que a ABL foi consolidada e alicerçada sobre estereótipos e preconceitos, ao admitir através de atitudes misóginas o não reconhecimento da importância de cada autora citada. A Academia Brasileira de Letras tinha como missão promover a literatura nacional e enaltecer os autores do Brasil, honraria esta, que só foi concedida a homens justamente porque o crivo de quem entraria ou não para a Academia sempre se deu pelos próprios membros imortais, que, mesmo destilando inúmeros elogios a algumas das autoras citadas, considerava que o sexo feminino não era digno do panteão.

A própria Rachel de Queiroz tinha sua escrita comparada a de homem. Talvez seja este o motivo da autora possuir tantas relações sociais com membros da Academia. Mesmo sendo uma mulher, Rachel era comparada a um homem, mas nunca comparada ao feminino. Esse contexto também revela a falta de senso e certa predileção dos imortais, onde quem não possuía tais adjetivos associados ao nome ou um bom contexto social dentro da ABL, era taxado como inferior e amador e principalmente reforçando a posição que a sociedade impusera para o sexo feminino: do lar e atrás do marido.

Assim, durante os primeiros oitenta anos da Academia Brasileira de Letras, a presença do sexo feminino foi totalmente indesejada e combatida. O ingresso de Rachel de Queiroz infelizmente não pode ser reconhecido como uma total vitória do feminismo, já que, por fatos citados, houvera certa conveniência na mudança do Regimento Interno para que especificamente a autora ingressasse, desprezando indiretamente Dinah Silveira, que só ingressou na entidade após Rachel de Queiroz interceder, mesmo que não diretamente.

O feminismo se torna necessário a partir do momento em que o gênero de uma pessoa é menosprezado, e a capacidade intelectual ou profissional não são levados em consideração. A mulher tem o direito e a capacidade suficiente para ser o que quiserem, não sendo o sexo impeditivo para nada. O movimento que prega igualdade até os dias atuais deve existir enquanto houver a diferença, a discriminação e a desigualdade entre os sexos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **REVOLUÇÃO DE 1930**. 2012. CPDOC FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

ACADEMIA Francesa de letras inspirou à brasileira: as mulheres só foram admitidas na ABL oitenta anos depois da sua criação. Revista superinteressante, out. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/academia-francesa-de-letras-inspirou-a-brasileira/#>>. Acesso em: 18 out. 2017.

AMED, Jussara Parada. Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo. **Anais**. São Paulo: julho 2011, p. 1-13.

ALBORCH, Carmen. Mulheres Contra Mulheres. Barcarena: Editorial Presença, 2004:51

ALMEIDA, Jane Soares de. As **lutas feministas por educação, igualdade e cidadania**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 81, n. 197, p. 5-13, jan./abr. 2000.

ANAIS DO III SIMPÓSIO Gênero e políticas públicas. **O movimento feminista**: algumas considerações bibliográficas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. 8 p. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Poder, cidadania e desenvolvimento no Estado Democrático de direito. In: XXIV Congresso Nacional do Conpendi-UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara, 24, 2015, Florianópolis. **Encontro**. Florianópolis: 2015. p. 1-32. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 30, n. 2, p.196-213, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a10v30n2.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CAMPOS, Humberto de. **Crítica** – primeira série. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. P. 272-284.

CHAVES, Joaquim. **Apontamentos biográficos e outros**. 2. Ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor, 1994. p. 124-134.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **Opsis**, Catalão, v. 15, n. 2, p.370-383, nov. 2015. Disponível em: <DOI 10.5216/o.v15i2.33836>. Acesso em: 18 out. 2018.

CUNHA, Tito Cardoso e. **O silêncio na comunicação**. BOCC – Biblioteca On-line de Ciências e Comunicação, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-tito-cardoso-silencio.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

DIETZ, Mary G. El concepto es lo que cuenta. Feminismo y teorías de La ciudadanía. Debate Feminista (no especial). México. 2001.

EISENHART, Vanina. Primeira-Dama tropical: A cidade e o corpo feminino na ficção de Júlia Lopes de Almeida. **Mester**, Los Angeles, v. 35, p.46-61, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala 1995.

ENGEL, Magali Gouveia. Julia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? **La Manzana de La Discordia**, Barcelona, v. 2, n. 8, p. [25]-32, 2009.

ESTATUTO. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academia/estatuto>>. Acesso em: 18 out. 2017.

FANINI, Michele Asmar. **Fardos e fardões**: Mulheres na Academia Brasileira de Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia, 2009.

FANINI, Michele Asmar. **Júlia Lopes de Almeida**: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.14, n.27, p.317-338, 2009.

GRECCO, Gabriela de Lima. Levemos a mulher à Academia Brasileira de Letras! Tetrá de Teffé, a primeira romancista premiada pelos imortais. **Revista Travessias**, Travessias, Cascavel, v. 12, n. 1, p.177-192, abr. 2018. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/19326>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

HAHNER, June E. Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

INSTITUTO MOREIRA SALLES (Comp.). **Cadernos de Literatura Brasileira**: Rachel de Queiroz. 4. ed. São Paulo: M.a.s, 1997. 130 p. 1º reimpressão – janeiro de 2002.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.1-17, 3 set. 2018. Fap UNIFESP. Acesso em: 26 set. 2018 <http://www.scielo.br/pdf/ref/v26n2/1806-9584-ref-26-02-e49845.pdf>

LEITE, M. M. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984. p. 21-22.

LIMA, Miridan Rejane Soares. **Aos encantos do lar**: amor e companheirismo entre Amélia Bevilaqua e Clóvis Bevilaqua. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Cap. 1-3.

MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 14, nº3, Set./Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300013> Acesso em 30 set. 2018.)

MILL, John Stuart. **Da liberdade**. São Paulo: IBRASA. 1963.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 2, p.261-278, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v8i2.563>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MOREIRA, Nadilza M. de Barros. Júlia Lopes de Almeida e o universo feminino, carioca burguês em: livro das noivas. **Revista Ártemis**, Paraíba, v. 2, p.130-135, jul. 2005.

NYE, Andréa. **Teoria Feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1995.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa de ficção: de 1870 a 1920**. 2º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

QUEIROZ, Dinah Silveira de; MAGALHÃES JÚNIOR, R.. **Discursos na Academia: Em sessão realizada a 7 de abril de 1981**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981. 48 p.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985. p. 4-5.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 12, p.35-50, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

SCAVONE, Lucas. **Revista de Estudos da Religião**. Dezembro, 2008. p. 1-8.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Amélia Beviláqua que era mulher de verdade: a memória construída da esposa de Clóvis Beviláqua. **Revista Internacional Interdisciplinar Inthertesis: Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p.138-161, nov. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n2p138/28103>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagu**, Campinas, São Paulo, n. 24, p.315-325, 2005. Acesso em: 26 set. 2018 <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a16.pdf>>

VENANCIO FILHO, Alberto. **As mulheres na Academia**. In *Revista Brasileira*, n.49, p. 07-43, 2006. Trimestral. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista-brasileira-49.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.